



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

TERESA JÚLIA DE ARAÚJO MELO

**UTILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O
CASO DAS MULHERES DO ARTESANATO (NATAL/RN)**

NATAL
2018

Teresa Júlia de Araújo Melo

**UTILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O
CASO DAS MULHERES DO ARTESANATO (NATAL/RN)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Administração, na área de concentração de Políticas Públicas, Governança e Gestão Social.

Orientador: Washington José de Souza, Dr. Sc.

NATAL
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Melo, Teresa Júlia de Araújo.

Utilidade social em empreendimentos da Economia Solidária: o caso das mulheres do artesanato (Natal/RN) / Teresa Júlia de Araújo Melo. - 2018.

84f.: il.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós Graduação em Administração. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Washington José de Sousa.

1. Utilidade Social - Dissertação. 2. Empreendimentos Solidários - Dissertação. 3. Mulheres - Dissertação. 4. Artesanato - Dissertação. 5. IRAMUTEQ - Dissertação. I. Sousa, Washington José de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

Teresa Júlia de Araújo Melo

**UTILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: O
CASO DAS MULHERES DO ARTESANATO (NATAL/RN)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Natal/RN, 29 de junho de 2018.

Washington José de Souza, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente da Banca Examinadora

Elisabete Stradiotto Siqueira, Dra.
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Examinadora

Gerda Lúcia Pinheiro Camelo, Dra.
Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

A Maria Teresa, mãe, mulher coberta de amor e compreensão, que nunca mediu esforços. Maior incentivo para que eu siga no caminho do bem e da solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, como se pode imaginar, sem a sua infinita força e bondade nada seria capaz. Eu, provavelmente, sem sua luz, não teria tido metade da sabedoria e paciência que tive durante a realização desse projeto, seja nos momentos onde tudo se tornava mais difícil e nada parecia que iria dar certo ou finalmente nos momentos de felicidade quando as palavras pareciam estar sendo sopradas em minhas mãos.

Nesses momentos de agradecimento é que percebemos o quanto somos apoiados e estamos cercados de pessoas maravilhosas, o tempo todo. Como diz a música, “um sonho parece verdade quando a gente esquece de acordar”, mas foi preciso acordar pra vida e hoje, vivo uma a realização de um sonho que foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança e resiliência para chegar até aqui, e nada disso eu conseguiria sozinha. O caminho nunca foi fácil, nem acredito que um dia será, não foi fácil deixar o conforto de casa, o acolhimento dos amigos mais próximos, os momentos em família, mudar de cidade, começar uma jornada completamente nova em um local completamente desconhecido com pessoas mais desconhecidas ainda, mas era isso ou eu não daria mais um passo em direção à realização de um dos meus maiores sonhos, que é ser uma pessoa melhor e poder oferecer oportunidades de uma vida melhor e mais digna pra quem não teve as mesmas oportunidades e privilégios que eu. Minha tenra gratidão a todos aqueles que colaboraram para que este sonho pudesse ser concretizado!

Também agradeço cheia de amor à minha família, em especial a minha mãe, Teresa! Que me ensinou o poder da palavra “perseverança” e sempre deixou claro que nada nesse mundo é impossível e que muito menos, eu nasci para desistir fácil de algo. Nunca cansarei de te agradecer por tudo, pela vida, pelos puxões de orelha, pelo apoio e o carinho, obrigada por me fazer quem eu sou.

Continuando na onda do amor, dizem que quem tem amigos, nunca está sozinho. Então, nunca estive sozinha! Sempre fui de poucos amigos, mas os poucos que eu tenho, sempre foram os melhores. Então, não poderia deixar de agradecer aos melhores amigos do mundo por todo suporte que me deram durante a vida e especialmente nesses últimos dois anos, obrigada por absolutamente tudo (e não foram poucas coisas), especialmente pela compreensão da minha ausência nos últimos tempos - Icaro, Kayo, Marina, Samantha, Mariana, Bárbara, Roberta. Amo vocês!

Onde antes eu via incertezas, medos, hoje eu encontro felicidade, completude, uma segunda família. Pelos desconhecidos eu fui acolhida, criamos laços, cultivei grandes amizades,

não apenas às acadêmicas, mas que espero levar comigo para o resto dessa vida. Dessa forma, eu agradeço à minha querida turma 38 do mestrado em Administração do PPGA/UFRN, com vocês compartilhei momentos de alegria, de desespero, de muitas grelhas feitas e textos estranhos lidos, não posso mentir, foi muito doido tudo isso!

Aos amigos da OASIS/UFRN que em 2016 me acolheram de braços abertos, batemos os quatro cantos dessa cidade dando formações, compartilhamos conhecimento, alegrias, risadas e muitos cafezinhos. Sou grata por todo o apoio de sempre, especialmente à Miriam, Nilza e Daniel que me auxiliaram nos momentos de coleta de dados e nas formações. Todos os demais (que são muitos! Não esqueci de toda ajuda que me deram esse tempo todo), muito obrigada.

Aos demais colegas mestrandos e doutorandos, ao corpo docente e aos funcionários do PPGA.

À Suzana, que apesar da diferença de idade para menos, foi minha segunda mãe em Natal, me ajudou de formas inexplicáveis mesmo antes de nos conhecermos pessoalmente. À Ana Paula, companhia de divagações estranhas e dona da melhor risada da UFRN! Pelas discussões ricas dos trabalhos, pelo apoio, por tudo, agradeço a Deus e ao universo por terem mandado vocês no meu caminho, vocês são pessoas de imenso coração, que emanaram amor, alegria, sabedoria e conhecimento na minha vida, obrigada pela jornada, meu *team*, estaremos juntas para os próximos desafios que estão por vir.

Deixo a minha gratidão e carinho a todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação. Agradeço imensamente todos os incentivos, conselhos e críticas ao longo dessa jornada. Ao meu orientador, professor Washington, agradeço pelo acolhimento, pelas conversas enriquecedoras, por sempre compartilhar de incansavelmente o seu conhecimento, seu tempo e sua força conosco.

À todas as associadas, mulheres incríveis, guerreiras e batalhadoras que encontrei durante a realização. Obrigada por contribuírem muito além do acadêmico.

À CAPES pela bolsa concedida para a realização deste mestrado.

Gratidão e luz, meu imenso obrigada a todos!

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo revelar, à luz do construto utilidade social, dimensões do trabalho e da produção na economia solidária com base em vivências de mulheres em empreendimentos do segmento artesanato. A dissertação derivou-se do projeto Gestão Social, Tecnologias Sociais e Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Município de Natal (2016/2017) originalmente fomentado pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência Social por meio de pesquisa-ação conduzida pela Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Notadamente no que se refere ao limitado retorno financeiro e à questionável viabilidade econômica dos empreendimentos, ao identificar precariedade na forma de organização dos empreendimentos, atentando para a predominância de grupos informais, com número reduzido de sócios. Em termos de renda, os valores mensais de remuneração inferiores a um salário mínimo, rendimentos muito baixos e até mesmo inexistentes, impactam diretamente na permanência dos sócios e na longevidade dos empreendimentos. Apesar da restrição de perfil socioeconômico pesquisado, os pressupostos levantados são que os empreendimentos de artesanato assumem uma condição de promotores de bem-estar, por vincular trabalho e arte, e, nessa condição, a dimensão econômica aparece subordinada à utilidade social. Além deste, pressupõe-se que pode assumir é que os mecanismos de avaliação de desempenho centrados no viés economicista, monetário e de mercado, não são suficientes para avaliar empreendimentos econômicos solidários que assumem elevada representatividade comunitária e relevância social. Como objetivos operacionais, encontra-se a) caracterização das dimensões da utilidade social nas práticas produtivas dos EES; b) identificar na perspectiva da utilidade social a característica que explica a viabilidade dos empreendimentos e c) evidenciar contribuições dos EES estudados para vida das associadas e da comunidade. Metodologicamente, essa dissertação adota um caráter qualitativo de pesquisa, com objetivos descritivos-exploratórios, de corte transversal. Considerou-se o estudo de caso e a coleta de dados se deu por intermédio de observação e da realização de grupos focais. Ao todo, foram realizados 12 grupos focais, com 13 dos 17 grupos mapeados para participar do projeto de cooperação UFRN/SENAES/SEMTAS Natal. As sessões foram norteadas por um roteiro semiestruturado e os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e análise lexicográfica, com auxílio do software livre de análise IRAMUTEQ. O software gerou seis categorias analíticas entrelaçadas, oriundas do corpus textual da coleta de dados, que se assemelham as categorias de análise criadas com base no referencial teórico para compreender as dimensões da utilidade social nas associações. Como resultados, pode-se compreender que as variáveis mais fortes no processo de explicar a viabilidade destes empreendimentos foram a sociabilidade e o conhecimento e não a variável renda, como em análises de viabilidades tradicionais. Comprovou-se que a sobrevivência desses empreendimentos, não se dá apenas pelo viés econômico e monetário. Acontece pelas relações sociais, culturais e afetivas da utilidade social e pela capacidade de os empreendimentos desenvolverem dinâmicas associativas, estabelecerem laços cooperativos com base na confiança, na solidariedade e sensação de pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: UTILIDADE SOCIAL. EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS. MULHERES. ARTESANATO. IRAMUTEQ.

ABSTRACT

This dissertation aims to reveal, in the light of the construct social utility, dimensions of work and production in the solidarity economy based on the experiences of women in enterprises of the handicraft segment. The dissertation was derived from the project Social Management, Social Technologies and Sustainability: Incubation of Solidarity Economic Enterprises in the Municipality of Natal (2016/2017) originally fomented by the former National Secretariat of Solidarity Economy of the Ministry of Labor and Social Security by means of action research conducted by the Organization of Learning and Knowledge in Solidarity Initiatives and Studies in the Third Sector of the Federal University of Rio Grande do Norte. Particularly, regarding the limited financial return and the questionable economic viability of the enterprises, by identifying precariousness in the organization of the enterprises, considering the predominance of informal groups with a reduced number of members. In terms of incomes, monthly compensation amounts below a minimum wage, very low income and even nonexistent, directly impact the permanence of the partners and the longevity of the enterprises. Despite the restriction of socioeconomic profile surveyed, the assumptions made are that crafts enterprises assume a condition of welfare promoters, because they link work and art, and in this condition, the economic dimension appears subordinated to social utility. In addition to this, it is assumed that the mechanisms of performance evaluation centered on the economic, monetary and market bias are not sufficient to evaluate economic enterprises in solidarity that assume high community representativeness and social relevance. As operational objectives, there is a) characterization of the dimensions of social utility in the productive practices of the ESS; b) to identify in the perspective of social utility the characteristic that explains the viability of the enterprises and c) to evidence contributions of the studied SEEs to the life of the associates and the community. Methodologically, this dissertation adopts a qualitative character of research, with descriptive-exploratory, cross-sectional objectives. The case study was considered and the data collection was done through observation and the realization of focus groups. In all, 12 focus groups were held, with 13 of the 17 groups mapped out to participate in the UFRN / SENAES / SEMTAS Natal cooperation project. The sessions were guided by a semistructured script and the data collected were analyzed through content analysis (BARDIN, 2011) and lexicographic analysis, with the aid of the free IRAMUTEQ analysis software. The software generated six interlaced analytical categories, derived from the textual corpus of data collection, which resemble the categories of analysis created based on the theoretical framework to understand the dimensions of social utility in associations. As results, it can be understood that the strongest variables in the process of explaining the feasibility of these enterprises were sociability and knowledge, not income, as in analyzes of traditional viabilities. It has been proved that the survival of these enterprises is not only due to economic and monetary bias. It happens through the social, cultural and affective relations of social utility and by the capacity of the enterprises to develop associative dynamics, to establish cooperative ties based on trust, solidarity and sense of belonging.

KEYWORDS: SOCIAL UTILITY. SOLIDARITY ENTERPRISES. WOMEN. CRAFTWORK. IRAMUTEQ.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

EES – Empreendimentos Econômico Solidários

ES – Economia Solidária

GFO 1 - Grupo Focal 1

GFO 2 - Grupo Focal 2

GFO 3 - Grupo Focal 3

GFO 4 - Grupo Focal 4

GFO 5 - Grupo Focal 5

GFO 6 - Grupo Focal 6

GFO 7 - Grupo Focal 7

GFO 8 - Grupo Focal 8

GFO 9 - Grupo Focal 9

GFO 10 - Grupo Focal 10

GFO 11 - Grupo Focal 11

GFO 12 - Grupo Focal 12

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

MTb – Ministério do Trabalho

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

OASIS - Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

ST - Segmentos de texto

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

US – Utilidade Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	p. 49
Figura 2 - Organograma das classes com suas respectivas palavras, frequências e χ^2	p. 50
Figura 3 - Nuvem de palavras emergentes distribuídas pelas Classes	p. 51
Figura 4 - Análise Fatorial por Correspondência (AFC)	p.52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados Revisão Sistemática para artigos	p. 21
Quadro 2 - Resultados Revisão Sistemática para produções <i>Strictu Ssensu</i>	p. 21
Quadro 3 - Dimensões e Variáveis da Utilidade Social	p. 33
Quadro 4 - Categorias e Variáveis orientadoras da pesquisa	p. 36
Quadro 5 - Síntese de informações dos EES de acordo com o Mapeamento Nacional.....	p. 47
Quadro 6 - Síntese de informações dos grupos participantes da pesquisa.....	p. 49
Quadro 7 - Síntese das categorias teóricas e classes analíticas geradas	p. 55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. DEFININDO UTILIDADE SOCIAL: ESTADO DA ARTE À LUZ DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA	21
3. O CARÁTER PLURAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A UTILIDADE SOCIAL EM SEUS EMPREENDIMENTOS	27
3.1 UTILIDADE SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE CONCEITO À INSTRUMENTO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO	32
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E PARTICIPANTES	38
4.2 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS	40
4.3 ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	43
5. O TRABALHO E A NATUREZA DA ATIVIDADE PRODUTIVA DA MULHER EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO ARTESANATO	46
5.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL À LUZ DE RESULTADOS DO MAPEAMENTO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	46
5.2 PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO DAS SÓCIAS DOS EMPREENDIMENTOS DO ESTUDO	49
5.3 CATEGORIAS TEÓRICAS E CLASSES ANALÍTICAS GERADAS	51
5.4 ANÁLISE CATEGORIAL	57
a) Renda	57
b) Conhecimento adquirido e repassado.....	61
c) Sociabilidade	64
d) Avanços e Dificuldades	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE 01 - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL	83
APÊNDICE 02 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	84

1. INTRODUÇÃO

Esta *dissertação* tem por objetivo revelar, à luz do construto utilidade social, dimensões do trabalho e da produção na economia solidária com base em vivências de mulheres em empreendimentos do segmento artesanato. A *dissertação* derivou-se do projeto Gestão Social, Tecnologias Sociais e Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Município de Natal (2016/2017) originalmente fomentado pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Senaes/MTPS) por meio de pesquisa-ação conduzida pela Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Oasis/UFRN). Os antecedentes desta *dissertação* reportam-se, assim, a observações que foram sendo reunidas e discutidas pela equipe Oasis, desde agosto de 2016, notadamente no que se refere ao limitado retorno financeiro e à questionável viabilidade econômica dos empreendimentos.

Os resultados do Mapeamento da Economia Solidária revelam, no conjunto, fragilidades especialmente econômicas, mas também como as de quantitativo de produção, dificuldades de acesso à insumos tecnológicos, acesso ao crédito e dificuldades de comercialização e gestão em todo o segmento (PRONINC, 2017), não exclusivamente do artesanato. Resultados do relatório de pesquisa “*Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), retomados no capítulo de resultados desta dissertação, são ilustrativos no que se refere, entre outros aspectos, ao rendimento obtido pelos sócios nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Apesar do mapeamento não contemplar questões referentes à quantidade de horas trabalhadas no empreendimento, as experiências empíricas junto aos grupos objeto deste trabalho, permitem supor que são poucas. Isso acontece pela necessidade de muitas mulheres buscarem ocupações em tempo parcial, dada a necessidade de conciliação com as atividades domésticas, que as permitam complementação da renda familiar. A quantidade de tempo despendido, infere diretamente na quantidade de rendimentos gerados na associação, os valores são, predominantemente baixos. De acordo com o relatório, 43% dos respondentes afirmaram que a renda servia como complementação, seja de outras atividades ou de recursos advindos de programas públicos assistenciais ou previdenciários, desta forma, para esses grupos comercializar torna-se uma consequência.

Lima et. al. (2011) reforçam esses dados ao identificaram precariedade na forma de organização dos empreendimentos, atentando para a predominância de grupos informais, com

número reduzido de sócios. Gaiger (2014) reitera a função complementar de renda dos grupos informais e tece um contraponto ao dizer que esses grupos informais são permeados, justamente, por situações de maior precariedade econômica, desemprego e insuficiência de renda. Em termos de renda, os autores advertem que valores mensais de remuneração inferiores a um salário mínimo, rendimentos muito baixos e por vezes inexistentes, impactam diretamente na permanência dos sócios e na longevidade dos empreendimentos. Em contraponto, Lima et al. (2011) observam que a ação governamental na economia solidária é fundamental para minimizar tais fragilidades e decisivo à formação de novos empreendimentos.

Considerando o conjunto de fragilidades atribuído aos empreendimentos econômicos solidários como um todo, esta dissertação segue por uma leitura singular de fenômeno econômico, em perspectiva não mercantil, não monetária (POLANYI, 2000). Um ponto fundamental a tal entendimento reside na crítica de que a sociedade capitalista “atribui à moeda virtudes que ela não possui” (GUÉRIN, 2005, p. 22). Não convém, portanto, medir todas as relações com base monetária, pois, dessa forma, se estaria promovendo uma dissolução dos vínculos sociais. Polanyi (2000) expõe que, na sociedade capitalista, em vez de a economia se ajustar às relações sociais, estas é que passaram a ser submetidas ao sistema econômico. A economia, para o autor, deveria se voltar para a sobrevivência de seus membros, em uma perspectiva plural, considerando que existem formas distintas de se produzir e distribuir riquezas, para além das relações mercantis, a exemplo da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição.

Com base em uma noção de economia plural, a economia solidária apresenta-se como uma tentativa de “articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não monetária, ao invés de ser pensada como uma nova forma de economia que viria se acrescentar às formas dominantes de economia” (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999, pp. 146 *apud* LAVILLE, 1994). Segundo França Filho e Dzimira, este conceito de economia solidária se projeta como um conceito macrossocial de economia plural, em que se constituem formas híbridas de economia com pluralidade de recursos, uma vez que se faz mercantil pela venda de produtos ou prestação de serviços; não mercantil quando se consolida contratos, acordos ou subsídios junto a instituições públicas e não monetária, quando ocorre contribuições voluntárias, dádiva e especialmente, benevolato (1999, p. 146). Desse modo, torna-se espaço de mediação, que supera o caráter impessoal da sociedade mercantil. Segundo Guérin (2005) é nesse aspecto que a economia solidária pode articular o plano familiar e profissional, transformando os espaços de mediação em locais propícios a discussões e reivindicações. Ao que parece, a inserção em

espaços democráticos promove o empoderamento, especialmente de mulheres, atribuindo sentido de pertencimento e possibilidades de reivindicação de direitos:

(...) são espaços privilegiados de intimidade e sociabilidade, e, portanto, de existência feminina, os grupos femininos aparecem doravante como suportes da emancipação individual. (...) muito além de ações pontuais, esses espaços auxiliam as mulheres a ser mais responsáveis por suas vidas e a reencontrar certa dignidade. Eles permitem a construção de uma identidade, não herdada e imposta pelas normas e tradições, mas escolhida e reivindicada. (GUÉRIN, 2005, p. 24-25).

Se tais espaços podem ser tomados como caminhos para a emancipação, a partir da mobilização feminina, legitimam um fazer social feminino em um ambiente crescentemente complexo, uma vez que o pertencimento à coletividade, como define Guérin (2005), aprova e valida escolhas, estabelece vínculos entre tudo que é vivido e permite à mulher adotar normas que aprovelem suas escolhas e projetos pessoais. Esse não é um processo simples pelo fato de que há mulheres em situação de subalternidade e de aceitação das desigualdades como fato natural. Uma forma de se desconstruir tal lógica, perversa, é pela via da inclusão da mulher em espaços de participação. Em outras palavras, a vivência em grupos é elemento que facilita o debate e promove a formação de sujeitos políticos para construir o presente e o futuro (OLIVEIRA, 2005). Assim entendida, a economia solidária, no universo feminino, tende a ganhar utilidade que ultrapassa a dimensão da viabilidade econômica centrada em mercado e relações monetárias. Então, se há utilidade econômica dos empreendimentos, há, também, utilidade social, e é esta a perspectiva teórica que orienta a presente dissertação.

Lopes *et al.* (2017) e Silva Júnior (2016) apontam que a discussão do termo “utilidade social” surgiu nos anos 1970 na França, aparecendo originalmente como assunto legal de isenção fiscal. O conceito original, todavia, ganhou outra compreensão em momento posterior. Segundo os autores, atualmente, utilidade social é compreendida sob influência de diversos aspectos e nuances, “como a capacidade de as organizações impactarem o contexto que atuam, tanto na dimensão econômica quanto em outras dimensões, tais como a social, cultural ou política” (LOPES *et al.*, 2017, p. 2).

Silva Jr. (2016, p. 30) utiliza Gadrey (2005) para explicar que utilidade social, no âmbito da economia solidária, se confunde com os próprios objetivos dos empreendimentos e sua mais forte contribuição está na “geração de benefícios coletivos”, que fortaleçam laços de solidariedade, sociabilidade e condições de vida, que vão bem além da simples produção de bens, serviços e renda. O construto utilidade social reconhece que a avaliação de riquezas vai

além da economia de mercado, pois, emerge outras formas de avaliação que não valorizam apenas o quantificável e o puro valor econômico. Ao contrário, valoriza a solidariedade, reconhece as desigualdades econômicas, fortalece laços e oferece melhores condições de vida a quem quer que seja.

É importante ressaltar que no presente trabalho, a utilidade social se apresenta vinculada a pessoas que trabalham com o cuidado artístico e a sensibilidade, desta forma, apresenta forte relação com a cultura do cuidado atribuída ao feminino, mas não necessariamente esses valores poderão ser atribuídos apenas à grupos de mulheres, ao exemplificar, grupos de homens artesãos de madeira ou produtores de alimentos. O trabalho por sua vez, em utilidade social pode ser analisado pela perspectiva da psicologia social (Dejours, 2004) ou de Capital Social (Bourdier, 1998). Trata-se de reconhecer possibilidades de emancipação, empoderamento e desenvolvimento social, cultural e afetivo. São elementos dessa natureza que motivaram e explicam a elaboração da presente dissertação com foco em noções de economia e de utilidade que superam leituras convencionais.

O interesse pessoal pelo tema aqui abordado remonta à trajetória da pesquisadora, em momento anterior à consolidação da parceria do grupo Oasis/UFRN com a Prefeitura do Natal e a Senaes para desenvolvimento do projeto anteriormente referido. Antes mesmo do ingresso no Curso de Mestrado em Administração (PPGA/UFRN), por interesse pessoal, havia ocorrido contato com grupos da economia solidária. A angústia e o empenho para trabalhar com grupos fragilizados, de mulheres, tiveram lugar na academia, especificamente na oportunidade trazida pela cooperação Oasis/UFRN e a, agora, subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Senaes/MTb).

Ao longo do contato com os grupos produtivos de artesanato, objeto do referido projeto de cooperação UFRN/MTb, foram ficando evidenciadas peculiaridades da rotina de funcionamento e do comportamento das associadas e motivos que as levavam até o ambiente da produção de artesanato. Concomitantemente, surgiu a necessidade de se compreender o fenômeno a partir do conjunto dos grupos contemplados na ação. A quase totalidade das sócias revelavam não estar ali, no grupo produtivo, exclusivamente para compor ou complementar renda. Esse fato ganha mais relevância quando se constata o limitado retorno financeiro da atividade, o que, em vários casos, chega a prejudicar o fluxo de pagamento das mensalidades para a quitação das despesas correntes das associações (como aluguel, para a maioria, água e energia). Emerge, desse ponto, o problema que orienta a presente pesquisa: se o retorno

financeiro da atividade produtiva dos empreendimentos econômicos solidários, do segmento do artesanato de Natal, é incerto e limitado, o que explica a permanência dos grupos?

Ressalte-se que o perfil dos grupos em apreço possui raízes em organizações comunitárias, surgindo em bairros periféricos, mas ao passar do tempo foram perdendo tais características assistencialistas e dando espaço para características autogestionárias. São constituídos por donas-de-casa, majoritariamente aposentadas e/ou pensionistas. Problematicar o tema, portanto, exige restringi-lo ao perfil socioeconômico das artesãs pesquisadas, e, por inferência, considerar que as dimensões aqui reveladas possam caracterizar todo o segmento do artesanato realizado por mulheres na economia solidária, o que demanda estudos posteriores em outras regiões do Brasil. Como pressuposto, é factível declarar que os empreendimentos de artesanato assumem uma condição de promotores de bem-estar, por vincular trabalho e arte, e, nessa condição, a dimensão econômica aparece subordinada à utilidade social. O debate em torno de utilidade econômica versus utilidade social tem sentido, não apenas com base nos pressupostos acima, mas, também, em dados secundários do Mapeamento da Economia Solidária, tema que será abordado no capítulo de resultados desta dissertação.

Outro pressuposto que se pode assumir é que os mecanismos de avaliação de desempenho centrados no viés economicista, monetário e de mercado, não são suficientes para avaliar empreendimentos econômicos solidários que assumem elevada representatividade comunitária e relevância social. O viés desta pesquisa segue, pois, essa perspectiva, para analisar dimensões de utilidade social presentes em locais de trabalho e produção coletivos, especificamente em empreendimentos econômicos solidários de artesanato na cidade do Natal, a partir dos seguintes objetivos intermediários:

- a) caracterizar dimensões de utilidade social em práticas de trabalho e produção em empreendimentos econômicos solidários do segmento do artesanato de Natal;
- b) identificar, na perspectiva de utilidade social, a característica que mais fortemente explica a viabilidade dos empreendimentos estudados;
- c) evidenciar contribuições dos empreendimentos estudados para a vida pessoal das associadas e comunitária, mediadas por conquistas e desafios enfrentados pelos grupos.

Para abordar uma perspectiva de utilidade social de empreendimentos econômicos solidários, esta dissertação está assim estruturada: após esta introdução, o tópico seguinte localiza o tema no debate contemporâneo a partir de uma sistematização da produção intelectual brasileira – o propósito, aqui, é revelar vieses da aplicação do conceito utilidade social na academia. Em seguida, desenvolve-se o referencial pautado na pluralidade da economia

solidária e da utilidade social – tanto como conceito quanto instrumento de avaliação. Então, descreve-se os procedimentos metodológicos, subdivididos pelas estratégias de caracterização da pesquisa e dos participantes; de coleta, tratamento e análise dos dados obtidos. Adiante, discute-se os resultados alcançados, apresentando uma síntese por meio de dados secundários da economia solidária; descrição do perfil sociodemográfico das associadas e a discussão das categorias de análise determinadas para esse estudo.

2. DEFININDO UTILIDADE SOCIAL: ESTADO DA ARTE À LUZ DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Esta seção analisa e sistematiza o emprego do construto utilidade social na academia brasileira a partir de dois conjuntos: produção intelectual publicada em revistas científicas e pesquisa em nível *stricto sensu* realizada em programas de pós-graduação brasileiros. A noção de utilidade social emergiu, como objeto de pesquisa, nos anos 1970 na França, mas, até os dias atuais, pouco se tem em textos científicos e pesquisas no Brasil. Na presente pesquisa, os empreendimentos econômicos solidários são interpretados pela natureza da *utilidade social*, e, dessa forma, para se obter um panorama acerca de discussões em utilidade social, foi realizada uma revisão sistemática de artigos indexados no Portal de Periódicos e de teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), ambos da Capes.

Em paralelo, foi buscado o termo “utilidade social” no repositório da UFRN (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), na plataforma responsável pelo armazenamento de teses, dissertações e demais trabalhos acadêmicos originários da Instituição. Não há registro de produção em nível de pesquisa *stricto sensu* na UFRN. Dessa forma, a presente dissertação é pioneira na temática e abre possibilidades para novas pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento, considerando que utilidade social assume noções diversas nos vários campos da Ciência, conforme aqui sintetizada. O exercício de classificação dos trabalhos coletados no Portal da Capes e na BDTD, considerou informações referentes a especificidades teórico-metodológicas utilizadas, à autoria e ano da publicação e ao modo como cada autor qualificou o conceito.

Como primeiro passo, a expressão *utilidade social* foi buscada considerando, exclusivamente, a presença da expressão no “*título*”, pois, assumiu-se a condição de que as informações essenciais do trabalho devem estar presentes no título, ou seja, o uso de determinada expressão no título sugere centralidade na temática. Não houve necessidade de aplicação de filtro temporal, considerando que a construção teórica desta dissertação foi encerrada em dezembro de 2017 e, até aquele momento, o último registro se encontrava em 2016, com o primeiro ocorrido em 1984. Considerando que o volume de registros é reduzido, todos os textos encontrados foram considerados. O segundo passo consistiu na classificação dos trabalhos encontrados, uma vez que, dos sete resultados encontrados dois são anteriores à Plataforma Sucupira e isso impediu o acesso ao conteúdo. Tampouco deram resultado buscas paralelas, por meio de outros mecanismos de indexação, para localizar esses dois trabalhos. Sete, portanto, restaram pela aplicação desses critérios.

Utilidade social tem maior presença em Direito com três registros, incluindo o primeiro em 1984. Como mencionado acima, duas produções em Direito – Ronconi (2000) e Sousa (2003) – não foram localizadas na forma integral (o texto completo). Duas publicações em Saúde Pública (artigos), uma dissertação em Educação (dissertação) e uma tese em Administração complementam a produção em utilidade social. Após o primeiro registro em 1984, não ocorre produção intelectual no tema até 1993. Outro lapso temporal ocorre, na sequência, até 2000. Aparecem, então, produções em 2003, 2004, 2008 e, então, em 2016 (com outro lapso de tempo).

Concluída a coleta, mediante a sistematização por tipo da produção, área do conhecimento, ano da produção, título e autoria, optou-se por seguir a orientação de Liberati *et al.* (2009) na etapa seguinte de análise. As análises sistemáticas, para os autores, são ferramentas essenciais para resumir evidências de forma precisa e confiável, auxiliando o pesquisador ou qualquer outro interessado na temática a se manter atualizado, reunindo e resumindo pesquisas relevantes com informações-chave para fornecer um ponto de partida para uma nova pesquisa. O valor da revisão sistemática, prosseguem, está sujeito ao que foi descoberto e à clareza do relato. Consiste, originalmente, em “uma pergunta formulada de forma clara, que utiliza métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes” (LIBERATI *et al.*, 2009, p. 335). Diante dessa orientação, a presente revisão sistemática partiu da seguinte questão: *que significados são atribuídos ao construto utilidade social na produção acadêmica brasileira?*

Quatro noções distintas aparecem vinculadas à expressão utilidade social em sintonia com a área do conhecimento que a emprega: Saúde (SILVA, 2004; FORTES, 2008), Direito (MELO, 1984); Educação (BARRETO, 1993) e Administração (SILVA JUNIOR, 2016). “Utilidade Social da Norma, uma questão de política jurídica”, é artigo de Melo (1984) que vincula utilidade social a interações jurídicas e valores da, e para a sociedade. Examina a validade material de um ato, não por julgamento do Estado, mas, sim, pela sociedade civil. Para o autor, o emprego do critério de utilidade social deve ser abonado pelo Direito e pelo Estado para assegurar a livre ação dos homens na busca por satisfazer desejos e necessidades. Sua efetividade, assim, deve ocorrer quando, por seu uso, evitar a infelicidade e o sofrimento de indivíduos. O autor reconhece a impossibilidade de o Estado legislar em interesses, necessidades e desejos individuais, a não ser por meio do autoritarismo. Desse modo, quando dada decisão jurídica precisa reconhecer a realidade sociocultural, o conceito de utilidade deve ser utilizado para atender necessidades sociais.

Quadro 01 – Resultados Revisão Sistemática para artigos

Titulo	Autor	ANO	Natureza da publicação	Área	CONCEITO DE UTILIDADE SOCIAL
Utilidade Social da Norma, uma questão de política jurídica.	MELO, Osvaldo Ferreira de.	1984	Artigo	Direito	Universo de interações jurídicas para examinar a validade material de um ato. Atrelado ao utilitarismo de John Stuart Mill e Harry Sidgwick.
O hospital da Lapa (1904 - 2004) ou A utilidade social das irmandades.	SILVA, Francisco Ribeiro da.	2004	Artigo	Saúde Pública	Analisa a utilidade em seu sentido literal, ou seja, sua serventia ou finalidade. Em ter uma função atuante no hospital citado e perante a sociedade.
Reflexão Bioética sobre a priorização e o racionamento de cuidados da saúde: entre a utilidade social e a equidade.	FORTES, Paulo Antônio de Carvalho.	2008	Artigo	Saúde Pública	Utilidade social é aproximada das relações de ética, onde segundo o autor a ética consiste em um instrumento social idealizado para manutenção de interesses individuais e coletivos em prol de uma convivência social justa.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quadro 02 – Resultados Revisão Sistemática para produções *Strictu Sensu*

Titulo	Autor	ANO	Natureza da publicação	Área	CONCEITO DE UTILIDADE SOCIAL
Museus por teimosia: uma análise da utilidade social dos museus de Campinas.	BARRETO, Margarida.	1993	Dissertação	Educação	Utilidade social dos museus, tomando como base os paradigmas da museologia mundial para formação cultural e entrosamento com a problemáticas da comunidade.
Uma Análise da utilidade Social dos Institutos da Falência e Recuperação de Empresas.	RONCONI, Diego Richard.	2000	Dissertação	Direito	NÃO ANALISADO

A Utilidade Social do Seguro Obrigatório DPVAT: uma análise à luz da Política Jurídica.	SOUSA, Neumar Antônio Trajano de.	2003	Dissertação	Direito	NÃO ANALISADO
Gestão Social das Finanças Solidárias: A utilidade social na centralidade da avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros.	SILVA JUNIOR, Jeová Torres.	2016	Tese	Administração	Utilidade social dentro das finanças solidárias e BCD, mediante práticas de redução das desigualdades econômicas, de valor social com de fortalecimento de laços sociais e de benefício coletivo com desenvolvimento comunitário, integrados à solidariedade e à sociabilidade, não necessariamente dissociados do componente econômico.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os artigos de Melo (1984) e Fortes (2008), em Saúde, abordam utilidade social a partir da teoria utilitarista clássica. Fortes (2008) traz reflexões em torno da priorização e do racionamento de cuidados de saúde sob o prisma de escolhas entre necessidades de saúde da população e escassez de recursos. O autor discute utilidade social mediada por relações de ética, adotando a ética como instrumento social idealizado para a sustentação de interesses individuais e coletivos em prol de uma convivência social justa. A segunda publicação em Saúde, Silva (2004), analisa utilidade em sentido literal, ou seja, como serventia ou finalidade, remontando a importância histórica da presença dos órgãos religiosos no âmbito dos hospitais e casas de caridade. Desta forma, utilidade social no texto se baseia em função no seio da sociedade.

Nos trabalhos *stricto sensu* não há registro em Saúde e Direito. Barreto Angeli (1993) versa a respeito da utilidade social no campo da educação com base em revisão de elementos históricos. A autora estuda a utilidade social dos museus à luz de paradigmas da museologia mundial – espaços de entrosamento com a sociedade. A autora não aprofunda o entendimento de utilidade social e nem exercita outras bases teóricas, conforme realizam Melo (1984) e Freitas (2008). Barreto Angeli (1993) faz, tão somente, levantamento histórico do papel do museu para formação cultural e para o entrosamento com problemáticas das comunidades tratando-os como *utilidade social*.

A tese de Silva Jr. (2016) resgata uma noção de utilidade social a partir de literatura francesa, predominantemente. Explica entraves legais desde os anos 1970 até a atualidade no cenário francês e mundial. Faz registro à polissemia da expressão, seus aportes e sua relevância como ferramenta para avaliação de empreendimentos da economia solidária. Defende que, na economia solidária, são identificadas práticas e iniciativas engajadas na solidariedade, na sociabilidade, na redução das desigualdades econômicas, no fortalecimento de laços sociais e na melhoria das condições de vida de um território ou comunidades, conforme se constata nos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD). O autor fecha uma proposta de avaliação dos BCD em suas singularidades, inserindo utilidade social para compor uma matriz de dimensões, enfoques, contribuições, indicadores e destinos (DECID) para avaliação de sustentabilidade, viabilidade e desempenho dos bancos com base nos “seus resultados econômicos em subordinação aos impactos político, social e ambiental na comunidade ou território” (SILVA JR., 2016, p. 229). Silva Jr. (2016) é o único que traz estudo empírico, ao passo que os demais estão centrados em discussões teóricas em torno de utilidade social

O construto utilidade social possui múltiplo caráter, é polissêmico e multidisciplinar. Ao tempo que pode ser utilizado em uma aproximação ao utilitarismo clássico, aparece

vinculado à simples noção de utilização proveitosa de bens ou serviços. Essa constatação deve considerar a dispersão dos anos das produções, além da diversidade das áreas nas quais aparece aplicado o construto. Os achados relacionados à utilidade social denotam estágio ainda exploratório, o que pode ser ilustrado, inicialmente, pela restrita quantidade de registros acadêmicos. Como conceito plural utilidade social aparece: no domínio da Saúde, vinculado ao uso de equipamentos públicos de cuidados; no Direito, para criticar a utilidade da lei e dos atos humanos como fonte racional da justiça à luz da doutrina clássica do utilitarismo; na Educação, como valor sócio cultural; na Administração, como objeto da gestão social, para tratar de finanças solidárias como estratégia de desenvolvimento comunitário. Assume, assim, natureza prática, tanto relacionado ao uso de serviços e equipamentos (de saúde) ofertados pela Administração Pública. Assume, também, viés de interesse público não-governamental vinculado ao desenvolvimento comunitário.

Em meio aos vários significados atribuídos à expressão utilidade social, no caso desta pesquisa Silva Jr. (2016) torna-se referência central por analisar, empiricamente, o valor do termo quando aplicado à economia solidária. Considerando que a economia solidária é igualmente objeto desta dissertação, Silva Jr. (2016) inspirou o uso teórico aqui e sua concomitante aplicação no segmento do artesanato potiguar. Desse modo, a presente dissertação avança na aplicação e na compreensão teórica de significados que podem ser atribuídos ao construto utilidade social, uma vez direcionado a um segmento predominantemente constituído por mulheres, donas-de-casa, em atividade solidária de produção que une trabalho e arte.

3. O CARÁTER PLURAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A UTILIDADE SOCIAL EM SEUS EMPREENDIMENTOS

A Economia Solidária atribui relevância a atributos organizacionais como a autogestão, a isonomia, a autonomia política, a solidariedade e a cooperação entre pessoas na busca pela a auto realização e a emancipação em enclave (RAMOS, 1989) que não o mercado de tradição capitalista. A notoriedade, na prática, desses elementos, pode permitir uma nova visão à Economia Solidária, diferenciando-a de outros tipos de manifestação econômica. Trata-se de uma economia que privilegia a ética e a valorização do ser humano, abrindo espaço para o desenvolvimento de uma consciência política, econômica e social de respeito mútuo e de relacionamentos afetivo, elementos que são tidos como inapropriados à organização do trabalho e da produção em sociedade capitalista. Estudos dessa natureza, portanto, podem revelar dilemas da Economia Solidária no mercado capitalista, diferenças de práticas de Economia Solidária entre mulheres e homens e elaborações acadêmicas inovadoras, a exemplo de formas e conteúdo de isonomia conforme preconizada por Guerreiros Ramos (1989) no Paradigma Paraeconômico.

Silva Jr. (2016, p. 34) esclarece que obras de Karl Polanyi como “A Grande Transformação” e “A Subsistência do Homem” tiveram papel singular na reunião dos postulados de crítica radical do liberalismo econômico, sociedade centrada no mercado e sob a forma de concepção clássica da economia, onde esta desvincula-se dos demais cenários da sociedade, tais como a política e as relações sociais, tal concepção se confirma quando Machado (2010, p. 72-73) atribui ao pensamento de Polanyi a concepção de que a economia deve estar submersa e incrustada “nas relações sociais, ou seja, que não constitua uma esfera desvinculada e autônoma em relação à sociedade”. Seguindo numa lógica de compreensão destes conceitos, Machado (2010) defende que é necessário entender que a gênese do pensamento Polanyiano parte da distinção que o autor faz entre a economia vista em seu sentido formal e seu sentido substantivo, visto que “a abordagem formalista parte de uma escassez ontológica dos meios para satisfazer as necessidades humanas e tem como objeto da sua análise o indivíduo (“racional”) isolado que procura maximizar os seus ganhos, ou seja, cinge-se aos predicados do *homo economicus*” e, segundo Polanyi, tal esquema institui-se no modelo neoclássico da teoria econômica e que não aplica-se em economias capitalistas modernas, ao passo que a “abordagem substantivista versa sobre as formas institucionais que o processo de satisfação das necessidades humanas reveste nas diferentes sociedades (...) sua preocupação é a suficiência, ao invés da eficiência”.

Sendo assim, Silva Jr. (2016) complementa que a economia não se resume apenas a uma

lógica de regulação econômica da vida humana associada, principalmente baseada somente nas relações de mercado, mas a economia enquanto processo instituído de interação entre o homem e o seu ambiente natural e social deve ser refletida com base em uma pluralidade de princípios de regulação (p.34).

E atribui uma organicidade à economia, quando ressalva que Polanyi (2000. p.67-73) identificou padrões fundamentais determinavam a totalidade econômica, onde, somados à autorregulação dos mercados e a redistribuição, a reciprocidade estabelece relações econômicas não necessariamente monetárias, mas instituídas de valores como a proximidade e a vizinhança.¹ Sob a concepção de Ramos (1989) e Polanyi (2000), Viveret (2010, p. 8) lembra que a economia originalmente não se restringe ao mercado. Ao contrário, a "primeira economia é uma economia da dádiva, uma forma mais humana de economia (...) que nós vivemos cada vez que nós temos confiança suficiente para dar sem se preocupar em receber". A perspectiva econômica que agrupa na esfera da reciprocidade e da domesticidade a economia familiar, a economia doméstica e de vizinhança, como exposta por Polanyi (2000; 2012), manifesta a existência de uma economia amplificada, que rompe com uma fenda a economia especulativa e da troca mercantil” (Silva, 2016, p.34).

Garcia (1981, p. 39) atenta para o que Polanyi, principal adepto da visão substantivista da economia descreve, que “a inquestionável importância atribuída à economia é um fenômeno sócio histórico relativamente recente”, quando destaca que a esfera econômica europeia do século XIX afastava-se dos sistemas de normas sociais, dispensando assim “o controle dos atores humanos sobre os motivos econômicos, e, ao mesmo tempo, desencadeando um processo pelo qual a razão econômica passa a dominar a sociedade em sua totalidade”. Ainda em uma perspectiva histórica, rebate na iniciativa dos pioneiros em Rochdale² a construção de um sistema socioeconômico livre de explorações, com direitos e deveres igualitários, onde haveria além dos direitos e deveres, a distribuição igualitária dos malefícios e os benefícios de suas “ações sociais, inspiradas por um sentido próprio de solidariedade (...) com o objetivo de valorização progressiva da espécie humana”. Neste ponto, fazemos uma aproximação com o cooperativismo e seus valores normativos, que revelam a solidariedade e compromisso mútuo;

¹ Para compreensão mais profunda dos princípios e valores descritos por Karl Polanyi, indica-se a leitura de “A Grande Transformação, disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/1973131/mod_resource/content/1/Polanyi_A%20grande%20transform.%20-%20livro%20todo.pdf>

² História do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.unicampo.coop.br/?page_id=2581>

a igualdade; a prestação de serviços; a equidade e a educação cooperativa como seus princípios produtivos e a realidade das associações de artesanato analisadas por essa dissertação, apesar de diferenças essenciais entre os tipos de organizações, a aproximação acontece pela finalidade das associações, que reside em promoção de assistência social, educacional, representação política e defesa de interesses, por exemplo.

França Filho (2013, p. 457) diz que o pensamento econômico plural é necessário, de modo que se compreenda toda a pluralidade e amplitude da dimensão econômica, em especial aquela relacionada à solidariedade dadas as inúmeras lógicas que perpassam a dinâmica da economia solidária e a imbricação entre os contextos social, econômico e político – que foi de certa forma “esquecida” pela economia neoclássica. Ele explica que na modernidade os princípios de Polanyi podem ser esquematizados e resumidos em três formas de economia, que não são excludentes, onde há

uma economia mercantil fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois nesse tipo de troca/relação, o valor do bem (medido pelo seu preço) fundamenta a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) (...); uma economia não-mercantil fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos, a fim de distribuí-los; uma economia não-monetária fundada na reciprocidade. (...) nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação desses bens é a perenização dos laços sociais. (FRANÇA FILHO, 2013, p. 458).

Desta forma, pode-se enxergar tais conceitos dentro da própria visão amplificada da economia agindo em complementariedade, questionando a visão de que o progresso e o crescimento econômico sejam parâmetros para medir desenvolvimento, fonte de riqueza e felicidade (França Filho, 2013). Dada a complementariedade dos conceitos, não parece correto assumir que um sirva como parâmetro exclusivo para avaliar a efetividade de outro, mas de se pensar a necessidade de outras práticas, formas de produção e distribuição de riquezas.

Já os debates em torno da utilidade social emergiram e concentraram-se na França, difundindo-se nas últimas décadas para outros países. Especialmente em empreendimentos econômicos solidários - o construto aparece mediante práticas em que ideais de redução das desigualdades econômicas, de fortalecimento de laços sociais e de desenvolvimento comunitário, integrados à solidariedade e à sociabilidade, aparecem enraizados a ganhos

mútuos, não estando dissociado, entretanto, do componente econômico (GADREY, 2005 *apud* SILVA JR.; RIGO; PASSOS, 2015). De acordo com o relatório de avaliação do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (2017), como empreendimentos econômicos solidários entende-se que são manifestações organizacionais da economia solidária baseados na autogestão, sejam eles grupos produtivos com finalidade de geração de renda ou não, podem se consolidar sob forma de associação, de cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de troca, de comercialização, de uso coletivo de insumos, de recursos ou de acesso à crédito tanto em meios urbanos quanto rurais.

Em contrapartida, a utilidade social carrega consigo a necessidade de tratar a especificidades de um fenômeno por uma perspectiva sociológica. Como já defendido por outros autores, esta abordagem não exclui a parcela econômica mas defende que esta deve andar em consonância com as parcelas sociais, culturais e políticas que formam a sociedade, sem sobrepor-las. Uma vez que analisar a sociedade ou empreendimentos que estejam relacionados a práticas sociais com a lente e o valor da moeda, não é prudente. A Utilidade social para Pitacas (2009), tem impacto positivo e metaeconômico e deve possuir valores que orientem ações direcionadas para satisfação de necessidades ou reivindicações sociais e pode ser baseada em trabalho associativo e voluntário. Para ele, o reconhecimento da utilidade social deve ser feito por uma aplicação conjunta de critérios orgânicos e materiais. Este autor indica que o construto ganha destaque por duas abordagens, uma primeira – mais restrita, a qual se considera apenas sua dimensão instrumental enquanto meio para execução de atividades econômicas onde

[...] existem atividades que são apelidadas de interesse social, porque, dada a escala de valores e carências dominantes da sociedade, se considera que devem ser favorecidas. Estão neste caso as atividades de ajuda às pessoas com maiores dificuldades no sistema econômico e social, as atividades baseadas no valor da solidariedade, as atividades de inserção de pessoas portadoras de deficiência ou de incorporação de desempregados no mercado de trabalho, as atividades que aumentam a qualidade de vida e desenvolvem a condição humana, como saúde, educação e cultura. Deste modo a utilidade social reside na realização e certas atividades destinadas a determinados públicos-alvo, podendo ser realizadas por organizações do sector social ou não. (PITACAS, 2009, p. 43).

E uma segunda abordagem, mais ampla, onde se considera toda uma dimensão sistêmica acerca da utilidade social e de acordo com o autor essa dimensão

[...] não resulta unicamente do desenvolvimento de atividades de interesse social, mas também das suas propriedades sistêmicas derivadas do seu particular modo de funcionamento, isto é, dos efeitos macro das suas regras constitutivas e organizacionais. Quando se cumprem efetivamente, estas regras apresentam propriedades funcionais com a eficiência da economia e a sociedade no seu conjunto. O setor tem utilidade social em si mesmo, na medida em que é portador de valores socialmente desejáveis e é claramente funcional com processos centrais de melhoria da eficiência social e econômica do sistema. (PITACAS, 2009, p. 44).

É importante salientar que a dimensão sistêmica deve comportar uma série de capacidades que fundamentam a utilidade social, que inclui capacidade de articulações e participação para toda sociedade, incluindo em um verdadeiro processo de democracia e liberdade, grupos com menor influência e decisões sociais. Capacidade de produzir bens relacionais, ou seja, capacidade de transformar a relação e a interação entre os indivíduos dando destaque para a confiança, fazendo com que esta transpasse o valor econômico. Dessa forma, ampliar a capacidade de desenvolver capital e coesão social, isto é, fortalecer “ligações entre indivíduos, redes sociais e normas de reciprocidade e confiança” (PITACAS, 2009, p 45.).

Para Cabral (2003) a definição da utilidade social, cujos valores, como já citado, devem orientar as ações dirigidas para a satisfação das necessidades ou para reivindicações sociais e baseadas no trabalho associativo e voluntário. Franch Meneu (1990, p. 912) ao destacar o papel das organizações não lucrativas na sociedade, afirma que o conceito de resultado será objeto de uma transformação passando de uma concepção monetária e de curto prazo para uma interpretação mais estável, duradoura e que reflita valores humanos, dificilmente mensuráveis em termos quantitativos. Ao citar a importância de tais organizações Gadrey (2004, p. 120) define que

é de utilidade social a atividade de uma organização da economia social que tenha por resultado verificável e, em geral, por objetivo explícito, para além de outros eventuais objetivos de produção de bens e serviços destinados a utilizadores individuais, contribuir para a coesão social (nomeadamente pela redução das desigualdades), para a solidariedade (nacional, internacional ou local: o vínculo social de proximidade) para a sociabilidade, para a melhoria das condições coletivas de desenvolvimento humano durável (de que faz parte a educação, a saúde, o ambiente e a democracia) (GADREY, 2004, p. 120).

Adiante, mas ainda em definições, Gosset (2002) propõe a utilidade social, justamente como forma de identificar a não lucratividade das associações. O autor afirma que “há utilidade social quando a coletividade, em sentido amplo ou restrito, se beneficia também dos efeitos produzidos pelas atividades associativas, e que tal benefício coletivo é procurado, enquanto tal, pela associação” (GOSSET, 2002, p. 140). Por sua vez, Pitacas (2009) utiliza do conceito de Lipietz (2001) para explicar que o conceito de utilidade social foi desenvolvido em proximidade ao conceito de utilidade societal, que em suas palavras, estaria mais fortemente relacionado ao bem-estar social, especialmente aqueles desfavorecidos e excluídos. De acordo com a visão de Santos (1998), a utilidade social consiste em um benefício intangível, pois, ao analisar sua importância não podemos utilizar os “óculos do mercado”, uma vez que seus principais valores não possuem valores monetários.

3.1 UTILIDADE SOCIAL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: DE CONCEITO À INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO.

Silva Jr. (2016) explica que foi por meio de entrevistas, análises de documentos referenciais acerca da utilidade social e avaliações em Economia Social e Solidária na França que se tornou possível visualizar de forma geral das questões que envolvem a temática, identificando assim quatro desafios inerentes à discussão da temática, que são eles

(i) a *denominação* - Qual o termo mais adequado para representar a configuração deste fenômeno: - utilidade social, valor societal, mais valia social ou utilidade pública geral?; (ii) O *conceito* - Do que trata e o que se compreende como utilidade social?; (iii) A *perspectiva* - Afinal, a utilidade social é apenas um critério a mais, ou é uma visão mais ampliada, ou ainda, é a única via e a mais precisa para avaliar os reais processos que se efetivam em organizações da economia solidária?; e (iv) O *processo* - A avaliação do desempenho social dessa organizações pode levar a cooptação ou a contaminação da modelagem avaliativa conveniente aos interesse dos demandantes (normalmente os financiadores)? (SILVA JR., 2016, p. 188).

O autor relata ainda que, a questão da utilidade social, assim como as avaliações baseadas nesse construto passou por mudanças consideráveis desde seu surgimento na França, no início dos anos 1970, onde seu viés baseava-se em um ponto de vista fiscal. Na década de 1980, o termo passou por um processo de crescimento justificado pelo auxílio e isenções cedidas pelo governo às associações da sociedade civil, especialmente às que atuavam junto aos desempregados e pessoas em vulnerabilidade econômica. Mas foi adiante, no final da década de 1990 que a noção da utilidade social passou por expansão, onde instituições as quais exercessem atividades econômicas diferenciadas do setor privado lucrativo e que desempenhassem atividades baseadas em necessidades atendidas de forma insatisfatória pelo mercado e em benefício de pessoas em situação econômica e social vulnerável. Mas foi a partir dos anos 2000 que a temática da utilidade social se consolidou, legalmente falando, também na França, e no ano de 2014, uma nova lei francesa para a Economia Social e Solidária trouxe o conceito de utilidade social em seu texto, mesmo sem defini-lo com precisão, comenta Silva Jr. (2016, p. 199) e com base no artigo segundo da lei nº 2014-865 de 31 de julho de 2014, o autor lista três pontos que definem condições para um empreendimento ser considerado solidário de utilidade social, que em resumo consistem em:

- a) Oferecer apoio à empreendimentos que ofertem atividades voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica ou social;
- b) Que prestem contribuições contra exclusão e redução de desigualdades dos mais diversos tipos e

- c) Que preservem laços sociais e contribuam para o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e participativo.³

Desta forma, são apresentados os conceitos utilizados com base nos textos de Gadrey (2004), Cauquil (2010), Duclos (2010), Offredi (2010) e Jany-Catrice *et al.* (2014), desenvolvendo a ideia primeiramente da possibilidade de evidenciar a utilidade social em um empreendimento que seja contribuinte para redução das desigualdades, fortalecimento da solidariedade, sociabilidade e condições coletivas de desenvolvimento, mas, atente para a seguinte consideração, utilidade social não se resume a um conceito técnico, utilitarista e individualista e sim voltado para uma utilidade coletiva e justiça social, caracterizando-se assim como um termo multidisciplinar, rico, evolutivo, conjuntural e polissêmico que pode inclusive descrever mais uma contribuição da economia solidária. Inclusive, utilizando argumento de Viveret (2010) informa o processo de apropriação do conceito pelo mercado seguido de uma certa banalização, mostrando assim a necessidade de novas apropriações para melhor se compreender as perspectivas avaliativas e valorativas da utilidade social.

Neste sentido, Pitacas (2009) afirma que a medição e avaliação da utilidade social parece constituir um importante instrumento para o terceiro setor e iniciativas sociais e solidárias, oferecendo resposta a problemas como o reconhecimento, legitimação junto da sociedade e o poder público e especialmente promoção, valorização e visibilidade do seu papel econômico e social. Em tentativa de avaliar a utilidade social em empreendimentos da economia solidária, nas últimas décadas tem-se tentado definir técnicas para mensurar dimensões sociais que transcendem a contagem tradicional. Segundo o autor, “a questão chave está na definição dos fundamentos e critérios da utilidade social e na procura dos elementos portadores dessa utilidade social” (PITACAS, 2009, p. 43).

Silva Jr. (2016, p. 249) alerta que em qualquer processo de avaliação é imprescindível a formação de um conjunto de indicadores que possibilitem a determinação e esclarecimento do fenômeno a ser analisado e o que exatamente se deseja ser medido. Acredita-se que os critérios que são utilizados para avaliar os empreendimentos objetos desta pesquisa não são adequados, pois não se permite visualizar “corretamente o fenômeno em virtude do sistema de indicadores ser inapropriado para permitir expor os traços reais mais fieis acerca do empreendimento investigado” (SILVA JÚNIOR, 2016, p. 249). Em meio aos fatores de

³ Para melhor compreensão das condições, ver texto da Lei original utilizado por Silva Júnior (2016) REPUBLIQUE FRANÇAISE. **Loi n° 2014-856 du 31 juillet 2014 relative à l'économie sociale et solidaire.** Paris, jul. 2014. 21p. Disponível em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000029313296&categorieLien=id>

avaliação considerados como adequados para as organizações sociais, Gadrey (2005, p. 06-09) sintetiza dimensões e critérios aplicáveis para “mensurar” a utilidade social de um empreendimento que engloba valores, dimensões e critérios específicos a esse tipo organização.

As dimensões são:

- 1- Componente econômico, relacionado a riqueza econômica criada e dinâmicas territoriais;
- 2- Concebe a luta contra desigualdades e exclusão pelo desenvolvimento humano contínuo;
- 3- Relações sociais de proximidade e democracia participativa;
- 4- Inovações sociais e solidárias e
- 5- Utilidade social “interna” destas organizações, ou seja, os efeitos relacionados às remunerações limitadas, voluntariados e riscos.

Com o propósito de avaliar a sustentabilidade de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Silva Júnior (2016, p. 252 - 260) triangulando observação direta ao seu objeto de pesquisa, entrevistas e revisão de literatura na temática de avaliação de utilidade social ⁴, concebeu uma matriz composta por cinco colunas que se relacionam entre si, sendo elas: **Dimensões**; **Enfoques**; **Competências**; **Indicadores** e **Destino** – gerando um total de 60 indicadores para a matriz DECID. As dimensões concebidas pelo autor são **Socioambiental**, relacionada aos valores de solidariedade; **Sociopolítica**, relacionada aos valores de equidade e cidadania; **Sociocultural**, relacionada aos valores de identidade; **Socioeconômica**, relacionada aos valores de sustentabilidade e Economia Plural e **Sócio institucional**, relacionada aos valores de governança e Gestão Social.

Também em perspectiva avaliativa, Lopes *et. al.* (2017) analisam a utilidade social de uma rede de organizações da sociedade civil por meio de seis dimensões da vida humana, gerando uma matriz simplificada acerca do conceito da Utilidade Social com variáveis esperadas para captá-las, de acordo com a dimensão a ser relacionada. A primeira dimensão é a **cultural**, representada pelas variáveis “lazer”, “esporte” e “manifestações culturais”; a segunda dimensão é a **econômica**, com as variáveis “renda”, “emprego”, “consumo”, e “igualdade econômica”; a terceira é a **política**, representada pela “participação eleitoral”, “representação direta” e

⁴ (Bellen (2005), Boullosa e Araújo (2010), Cairó I Céspedes e Gómez Gonzalez (2015), Dowbor (2007), Duclos (2007, 2008, 2009 e 2010), Garayalde, González e Mascarenás Pérez-Inigo (2014), Gadrey (2000 e 2005), Jany-Catrice (2014), Jany-Catrice *et al.* (2014), Offredi e Ravoux (2010), Perret (2010), Sachs (1999 e 2002), Sen (2010), Veiga (2010) e Viveret (2004).

“representação indireta”; a quarta dimensão da matriz é a **tecnológica**, representada pelas variáveis “inovação social”, “articulação institucional” e “recursos tecnológicos”; o quinto dimensionamento é o **ambiental**, representado por “projetos ambientais”, “cursos de capacitação” e “consciência ambiental” e por fim, a sexta dimensão é a **social**, determinada pelas variáveis “acesso a serviços”, “pertencimento” e “educação”.

Quadro 3 – Dimensões e Variáveis da Utilidade Social

CONCEITO	DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPERADAS
UTILIDADE SOCIAL	Cultural	Lazer
		Esporte
		Manifestações Culturais
	Econômica	Renda
		Emprego
		Consumo
		Igualdade Econômica
	Política	Representação Direta
		Participação Eleitoral
		Representação Indireta
		Articulação Institucional
	Ambiental	Projetos Ambientais
		Cursos de Capacitação
		Consciência Ambiental
	Social	Acesso à Serviços
		Pertencimento
		Educação
	Tecnológico	Recursos Tecnológicos

Fonte: Dados da pesquisa (2018) com base em Silva Jr. (2016) e Lopes *et. al.* (2017).

Em revisão de literatura para formar os conceitos que integram algumas das dimensões da utilidade social, Benini e Benini (2015, p. 617) discutem o alcance de ações organizacionais, subdividindo-as em dois estágios: ações relacionadas à lógica mercantil e ações de iniciativas que tem como base de sustento “as novas relações sociais”, em busca da substituição do sistema tradicional pela lógica solidária e esta “simples” alteração envolve mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas. Em se tratando de alterações nas lógicas sistemáticas, Laville (2014) retrata que tais mudanças podem afetar positivamente as relações de trabalho, estabelecendo relações dialógicas, auto organizadas e com condições de trabalho humanizadas e com maior qualidade, que de acordo com Kuyven (2016), afetam diretamente a condição de vida dos envolvidos. Esta autora também relata que a relação econômica também se relaciona com a redução na exploração do trabalho e na geração de renda.

Além dos interesses econômicos, subordinados aos interesses sociais, culturais e políticos (FRANÇA FILHO, 2004) Kuyven (2016, p.107-108) determinam que a inserção em organizações sociais valoriza a identidade do indivíduo e oferece a possibilidade dessas pessoas garantirem direitos fundamentais (sociais, econômicos, culturais e ambientais), nesse sentido, Guimarães (2012) alerta para a importância da inserção em um ambiente político e democrático e consequentemente a capacidade de articulação destas iniciativas. Dito isto, de acordo com Lopes *et. al.* (2017) diante destes fatores podemos construir elementos que integram as dimensões sociais, culturais, políticos e ambientais.

Como esperado, estas organizações buscam resultados sociais e econômicos, entretanto, sem sobreposições. Este posicionamento se confirma quando França Filho (2004) determina que as organizações sociais têm por objetivo a melhora das condições de vida dos indivíduos em geral, onde estes tenham espaços para reivindicarem direitos sociais, como cultura, política e serviços (Lopes *et. al.*, 2017) mas também que gerem impactos positivos em seu nível de renda. Em consonância a esse pensamento, Santana (2011) descreve que a geração de resultados vai além de resultados econômicos e sociais, impactando em processos de formação política, que refletem diretamente em ações de representatividade frente à poderes públicos.

Dada a similaridade das variáveis apresentadas acima, diferenciadas apenas pelo contexto de inclusão da dimensão tecnológica definida por Lopes *et. al.* (2017) na dimensão “sócio institucional” na matriz de Silva Jr. (2016), podemos sustentar que qualquer avaliação destes empreendimentos da economia solidária, que não contemple e protagonize a utilidade social em relação às outras perspectivas de avaliação, produzirá resultados insatisfatórios, pois, ao passo que são empreendimentos importantes para dinâmica social, das pessoas e das comunidades onde estão inseridos, não necessariamente são sustentáveis financeiramente.

Entretanto, apesar da efetividade para avaliação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e Organizações da Sociedade Civil (OSC), os modelos elaborados por Silva Jr. (2016) e Lopes *et. al.* (2017), parecem abrangentes para avaliar um segmento tão específico como os empreendimentos do artesanato. Para tanto, com base no referencial criado, optou-se por selecionar dimensões mais amplas, que contemplem variáveis mais específicas que se adequem ao contexto da pesquisa. Abaixo, estão sintetizadas as dimensões a serem utilizadas para avaliar os empreendimentos objetos desta pesquisa.

Quadro 4 – Categorias e variáveis orientadoras da pesquisa

Categorias	Variáveis Esperadas	Autores
Processos Sociais e Satisfação de Necessidades	Solidariedade	(FRANÇA FILHO, 2004)
	Trabalho Associativo	(CABRAL, 2003)
	Relações de Proximidade	(GADREY, 2005)
	Identidade e Pertencimento	(SILVA JR., 2016); (GUÉRIN, 2005); (LOPES ET. AL., 2017).
	Reciprocidade e Confiança	(PITACAS, 2009)
	Lazer	(LOPES ET. AL., 2017)
Conhecimento	Capacitação	(LOPES ET. AL, 2017); (SILVA, 2016)
	Comunidades de Prática	(SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2006); (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008); (BOULLOSA; BARRETO, 2010).
Geração e Importância da Renda	Redução das Desigualdades	(GADREY, 2004)
	Remuneração Limitada	(GADREY, 2005)
	Igualdade Econômica	(LOPES ET. AL., 2017)
	Emprego formal	(LOPES ET. AL, 2017); (SILVA JR., 2016)
Conquistas e Entraves pessoais e da Associação	Autonomia	(GUÉRIN, 2005)
	Qualidade de vida	(KUYVEN, 2016); (LAVILLE, 2014)
	Capacitação	(LOPES ET. AL, 2017); (SILVA JR, 2016)
	Acesso à financiamento	(BENINI; BENINI, 2015)
	Acesso à insumos	(BENINI; BENINI, 2015)
	Irregularidade no volume de vendas	(WELLEN, 2012)

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

É importante frisar que as categorias determinadas no quadro acima, serão utilizadas no momento de codificação e categorização do *corpus textual* no momento da análise dos dados e resultados obtidos, como modo de compreender por qual dimensão a viabilidade dos empreendimentos se sustenta mais fortemente.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após introdução, revisão de literatura e referencial teórico, a seguinte seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados ao longo do desenvolvimento desta dissertação e atingir os objetivos da pesquisa. Adiante, estão dispostos os elementos que orientam a construção do *corpus* da pesquisa, para melhor compreensão das informações, a seção foi dividida em três tópicos: caracterização da pesquisa e de seus participantes, a estratégia utilizada para a coleta de dados, assim como a técnica escolhida para análise.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Compreender como a utilidade social se evidencia no universo dos grupos produtivos da economia solidária, mais especificamente, nos grupos de artesanato, envolve uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, conceito trabalhado por Silva e Menezes (2005, p. 20) ao se referir à abordagem qualitativa. Deste modo, a presente pesquisa adota o caráter qualitativo, uma vez que esse tipo de pesquisa é relevante para compreensão de fenômenos sociais, caracterizando também a compreensão detalhada dos significados e características apresentadas pelos entrevistados (RICHARDSON, 2008). Este autor sustenta que a metodologia qualitativa é recomendada quando se tem a pretensão de descrever a complexidade de determinado problema, assim como compreender, classificar e entender seus processos dinâmicos com profundidade.

Quanto aos objetivos, consiste em um estudo descritivo-exploratório, onde a etapa exploratória foi executada em um momento inicial para elaboração do instrumento de coleta. Gil (2002) escreve que o estudo exploratório tem como finalidade maior desenvolver, esclarecer e modificar tanto conceitos quanto ideias. Já os objetivos, refletem um comportamento descritivo, visto que buscam detalhar informações em relação a manifestação da utilidade social nos grupos. A definição de pesquisa exploratória em conjunto com a pesquisa descritiva, reafirmam que esse tipo de pesquisa é realizada pelo pesquisador preocupado também, com a atuação prática, dito isso, essa pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva.

Quanto ao horizonte temporal, consiste em um estudo de corte transversal, pois nesse recorte a coleta de dados acontece somente uma vez durante determinado período de tempo (RICHARDSON, 2008). Em termos de suposição teórica, esse estudo adotará a abordagem fenomenológica, pois, de acordo com Nitsche; Kozel (2006), a referida abordagem permite transpassar-se entre a complexidade da realidade sem sobressair seus significados, ou seja, permite que as situações analisadas, as práticas e os valores observados, sejam explorados de forma descritiva e compreensiva.

Seguindo as diretrizes de Flick (2009), a indicação dos métodos, assim como desenho e tipo da pesquisa baseou-se em uma reflexão acerca do tema em estudo, do mesmo modo se fez em relação a pergunta da pesquisa. Buscou-se também fazer feedbacks com os membros, com fins de conferir a qualidade e a validação das informações fornecidas, além de oferecer a possibilidade de verificar a precisão e adequação do estudo.

Considerou-se o estudo de caso para esta pesquisa, pois, conforme a proposição de Yin (2005), é uma possibilidade de imersão por parte do pesquisados no objeto a ser estudado, o que possibilita o aprofundamento na análise. Em complemento ao raciocínio de Yin (2005), Campomar (1991) propõe que estudar um caso é uma tarefa intensiva, onde há a intenção de descobrir relações as quais não seriam encontradas de outra forma. Entretanto, na presente pesquisa abordaremos não apenas um caso, mas uma série de casos existentes no universo da pesquisa. Dessa forma, escolheu-se a estratégia de estudo de caso, a qual pode ser utilizada com o intuito de desembaralhar o emaranhado de causalidades do fenômeno do qual a pesquisa se desenvolve (GEORGE; BANNET, 2005) como também permite a comparação entre os casos pesquisados, possibilitando identificar semelhanças e contrastes dentre os casos (YIN, 2015).

O percurso metodológico do estudo teve início com uma fase de pesquisa bibliográfica, necessária à compreensão contextual do objeto. Esta primeira fase constou de três momentos:

- 1) Busca por pesquisas relacionadas à origem da economia solidária e seu desdobramento no contexto brasileiro, para assim, possibilitar uma aproximação com os preceitos da utilidade social;
- 2) Busca de artigos no portal de periódicos, teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES. Paralelamente, buscou-se teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações (BTD) no Repositório Institucional da UFRN, a fim de identificar o panorama da utilidade social, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em âmbito de Brasil;
- 3) Elaboração de referencial teórico em utilidade social.

Para consolidação dessa pesquisa foram selecionadas 17 associações de artesanato da Economia Solidária da cidade de Natal, Rio Grande do Norte dos 25 grupos inicialmente mapeados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Natal/RN (SEMTAS, 2016) para serem participantes do já citado projeto *Gestão Social, Tecnologias Sociais e Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Município de Natal (2016/2017)*. No decorrer do projeto, alguns grupos optaram por não participar das ações, desta forma, a seleção dos grupos, para esta pesquisa se deu por

possibilidade de trabalho, ou seja, os grupos que se mostraram dispostos a colaborar com o trabalho, por livre vontade das associadas concederam acesso aos espaços de trabalho e reunião e se dispuseram a participar dos grupos focais. No momento da coleta dos dados, que ocorreu no período entre os meses de junho de 2017 e março de 2018, 4 grupos foram excluídos da seleção anterior por motivos de indisponibilidade das sócias – dada a dupla rotina de trabalho doméstico e cuidado de filhos ou dependentes e também, questões de saúde. Sendo assim, foram realizados 12 grupos focais, com os 13 grupos selecionados, visto que um dos grupos focais foi realizado com associadas de dois dos menores grupos em quantidade de associadas participantes e também por motivos de afinidade e proximidade geográfica. Os grupos focais, contaram com a participação de 159 associadas.

Membros e dirigentes dos grupos são participantes desta pesquisa, por terem maior envolvimento com os empreendimentos, conhecendo de forma mais efetiva a estrutura, a formação, o contexto histórico e por terem uma boa noção do contexto social que estão inclusas, além da presença constante nos encontros dos grupos, consequentemente, detêm dados mais consistentes, o que nos permite avaliar a dimensão da utilidade social presente em sua essência. O critério de inclusão citado acima e adotado, é fundamentado por Marconi e Lakatos (1996) e Richardson (2008), quando definem que os sujeitos da pesquisa não são escolhidos aleatoriamente e sim intencionalmente por determinados critérios e características em comum, estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador.

4.2 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados aconteceu primordialmente pela utilização de grupo focal, por ser um método de coleta que permite a realização das entrevistas em grupo, conduzida por um moderador. Além do que, oferece flexibilidade na condução das sessões e “pode provocar *insights* nos participantes, enriquecendo as discussões” (VERGARA, 2012). Os grupos focais também são indicados quando se quer estudar a interação de um grupo em relação a um tema específico (FLICK, 2009) e por integrar pessoas com dificuldades em se encontrar (Barbour, 2009).

Barbour (2009) trata os grupos focais como um método misto, geralmente combinado com entrevistas ou outras abordagens metodológicas, desta forma, para a condução dos grupos focais, foi elaborado um questionário semiestruturado, dado que esse modelo permite a exploração da perspectiva dos atores com maior profundidade e possibilita a compreensão concisa das suas condutas e dos dilemas da vida real dos indivíduos e do grupo em totalidade (Flick, 2009). Essa permissão acontece em virtude de o conteúdo do roteiro do grupo focal ter

sido pensado partindo da teoria utilizada, ou seja, em consonância direta da literatura científica e dos pressupostos teóricos. Para oferecer maior qualidade e detalhamento à coleta de dados, optou-se por fazer uma observação participante, que de acordo com Yin (2005), é recomendada em contextos os quais os acontecimentos não devem ser determinados ou manipulados e sim descritos, o que é possível por meio da observação *in loco*.

O primeiro contato com os grupos ocorreu em uma reunião marcada com os representantes de todas as associações em momento inicial do Projeto Senaes/MTb e Oasis/UFRN mencionado na introdução desta dissertação. Em seguida, ocorreram as primeiras visitas para tomar conhecimento do funcionamento e trajetória dos grupos e do perfil das associadas. Após as primeiras visitas, iniciou-se o processo de questionamento da viabilidade e, conseqüentemente, a investigação que origina o presente texto. Nessa etapa, paralelamente, deu-se início à pesquisa teórica em torno da utilidade social dentro da economia solidária e, então, foi elaborado o primeiro instrumento de pesquisa a ser aplicado como teste-piloto.

Vista necessidade de adequação por meio das respostas obtidas e feedbacks das associadas, o roteiro inicial foi alterado e seguiu-se com a aplicação dos demais grupos focais, levando em consideração sempre o feedback em momentos posteriores. A participação no grupo focal foi voluntária e a coleta ocorreu em sequência aleatória e com as sócias que se encontravam trabalhando no horário agendado pela equipe Oasis para atividades do Projeto de pesquisa-ação que ocorria entre 2016 e 2018.

No momento da realização dos grupos focais, de acordo com as orientações de condução de grupos focais descrita por Flick (2009), é indicado que seja formada uma equipe de três pessoas: um mediador, responsável por conduzir a discussão e levantar os questionamentos; um moderador assistente, responsável por desempenhar observação direta e escrever anotações complementares e um auxiliar, responsável pelos registros por meio de gravações e anotações. Todos os momentos foram gravados em áudio e transcritos para compor o conteúdo do *corpus* textual unificado, conforme indicação do *software* IRAMUTEQ. A identificação dos grupos na análise dos dados e a identidade das informantes estão salvaguardadas ao passo que o conteúdo coletado está devidamente autorizado para uso mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em momento posterior a coleta, os dados previamente gravados em áudio foram transcritos e interpretados por meio do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e a técnica de análise lexical (OLIVEIRA, 2008).

Em relação a amostragem, não se trata apenas de uma simples seleção de pessoas a serem entrevistadas ou situações a serem observadas, afirma Flick (2009), mas “como forma de estabelecer conjuntos de casos, materiais ou eventos deliberativamente selecionados para se construir um *corpus* de exemplos empíricos com vistas a estudar o fenômeno de interesse” (FLICK, 2009, p. 46). Barbour (2009) ressalta a importância da composição do grupo, os participantes tenham o suficiente em comum entre si, tanto para uma discussão de forma mais apropriada acerca da temática, “mas que apresentem experiências e perspectivas variadas o bastante para que ocorra algum debate ou divergência de opinião” (BARBOUR, 2009, p. 21).

No presente estudo, justifica-se a amostragem uma vez que apresentam os fatores em comum, onde todos os membros estão unidos pelo artesanato, ou seja, são homogêneos em termos de contexto de vida, mas apresentam particularidades que podem gerar os debates e divergências, pois cada membro como ser humano reside em suas particularidades e histórias de vida. Dessa forma, foram participantes dos grupos focais membros dos empreendimentos, independente de idade ou tempo de permanência nos grupos, dado o interesse em observar como acontece as interações e as dinâmicas acerca utilidade social dentro dos grupos, se fez necessário observar o contexto no qual acontecem, dessa forma, as entrevistas foram conduzidas no âmbito das associações, possibilitando comparações adicionais.

As sessões foram norteadas sob um roteiro semiestruturado com tópicos-guia, a escolha desse modelo se deu pela sua familiaridade com o método do grupo focal, pois permite ao mediador focar-se em questões relevantes ao estudo (Barbour, 2009) mas ainda assim permitindo os *insights* em meio ao processo, que podem elucidar questões complementares. E foram conduzidas por um facilitador com experiência prévia em grupos focais e dois auxiliares, responsáveis por observar as interações no grupo e anotar informações relevantes que possam auxiliar no momento de análise do conteúdo gerado.

Outra razão pela qual optou-se a utilização do grupo focal em consonância com a observação direta, é que essa metodologia busca dar voz a grupos marginalizados, ou seja, “pode trazer à tona preocupações daqueles cujas vozes estariam de outra forma emudecida” (BARBOUR, 2009, p.51) mais especificamente nesse estudo, onde em sua maioria as mulheres, são moradoras de bairros periféricos e fazem parcela da população que desempenha o “trabalho invisível”, atrelada a sua participação na Economia Solidária. A autora complementa ainda afirmando que grupos focais possuem um grande potencial comparativo, tanto interno quanto externo, ou seja, a possibilidade de comparar resultados tanto entre os membros do próprio grupo, quanto entre os grupos em sua totalidade, além de encorajarem os participantes a falarem

de questões que normalmente não são levantadas. Além disso, Barbour (2009) atenta para o fato de que a conversa em meio ao grupo focal permite aos participantes a reconstrução de suas narrativas.

4.3 ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Barbour (2009) indica que interpretações e análises dos dados resultantes de grupos focais começam ao passo que os dados estão sendo gerados, ou seja, há uma progressão simultânea entre a análise e a escrita. Após a coleta pelos meios descritos no tópico anterior, procedeu-se a transcrição e foi escolhida o tipo de grade mista para a criação de categorias para posterior análise de conteúdo. Vergara (2012), define essa tipologia como passiva à inclusão de categorias que venham a surgir durante o processo de análise, além das categorias previamente definidas pelo pesquisador em consonância com o objeto da pesquisa. A análise foi amparada por procedimentos qualitativos, a fim de focalizar em peculiaridades e relações entre os elementos, e interpretada mediante emparelhamento (LAVILLE; DIONNE, 1999), que permite ao pesquisador associar e comparar os resultados com o referencial teórico, além de possibilitar o retorno às suposições e confirmá-las, ou não. (VERGARA, 2012).

Vergara (2012), trata a análise de conteúdo como uma técnica para o tratamento de dados que objetiva identificar o que está sendo dito a respeito do tema, de uma forma histórica, ultrapassou o tratamento de material jornalístico e atualmente, é utilizada para a análise de documentos e transcrições de entrevistas, prestando-se tanto aos fins exploratórios, quanto aos de verificação de hipóteses ou suposições. Essa modalidade de análise junto às observações diretas, permitirão que se dê mais atenção aos processos de interação grupal (Flick, 2009), apesar de não serem excluídos dos processos de análise (Barbour, 2009). Dessa forma, permitiria ver o processo de interação entre os membros dos grupos produtivos, comprovando o estreitamento dos laços.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011) tem por base três momentos: a pré-análise, fase que se organiza sistematicamente o material que será analisado por meio de leitura flutuante dos documentos e a escolha do que será efetivamente analisado. Em seguida, vem a etapa de exploração do material, momento em que é realizada uma classificação temática e se escolhe as unidades de codificação a serem utilizadas, realiza-se a codificação e a categorização – a categorização dos dados desta dissertação, também tiveram como base os preceitos da economia solidária e da utilidade social. O terceiro momento consiste no tratamento dos dados, onde é possível a interpretação dos elementos identificados, assim como a inferência dos dados, para que dados brutos se transformem em elementos significativos para a pesquisa.

Por ser uma pesquisa qualitativa, para oferecer maior confiabilidade aos resultados das análises (FLICK, 2009), foi utilizado um *software* de análise de dados textuais como apoio – o IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O IRAMUTEQ, desenvolvido em *open source*, ancorado no *software* estatístico R e na linguagem *python* utiliza dados estatísticos para realizar análises em *corpus textuais* e tem sido cada vez mais presente nos estudos em Ciências Humanas e Sociais, especialmente onde há um número volumoso de dados a ser analisado. Por oferecer aos pesquisadores a possibilidade de utilizar diferentes recursos técnicos de análise léxica, o IRAMUTEQ apresenta forte rigor estatístico aplicado em suas análises (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Dentre as análises possíveis realizadas pelo *software* para *corpus textuais*, indivíduos e palavras encontra-se estatísticas textuais clássicas, análise de similitude de palavras apresentadas no texto, nuvem de palavras e Classificação Hierárquica Descendente (CHD) classificação hierárquica descendente (CHD) (REINERT, 1987; 1990), funcionalidade que permite, de modo estatístico, analisar discursos, questionários de pesquisas e ajudar na interpretação textual, a partir da identificação do contexto, vocabulário, separação e especificidade de palavras, diferença entre autores, entre outras possibilidades, como a análise de gráficos, grafos e dendogramas.

Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando *Unidades de Contexto Iniciais* (UCI) em *Unidades de Contexto Elementares* (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de *hapax* (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. Na análise de especificidades, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador (...). O método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) proposto por Reinert (1990) e utilizado pelo *software* ALCESTE classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. (...) A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (Marchand & Ratinaud, 2012). A nuvem de palavras as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém (...) possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 515-516).

Após processo de transformação do conteúdo textual advindo das gravações de áudio dos grupos focais que foram pré analisadas e posteriormente transcritas, em um *corpus* único – subdividido entre linhas de comando para cada grupo focal (12 no total), codificado e posteriormente categorizado em outras quatro linhas de comando (sociabilidade, renda, conquistas/fragilidades e conhecimento) subordinadas à principal (identificação dos grupos) para que o programa identificasse a categorização no momento da análise. Posteriormente, foi realizada uma primeira leitura do material, afim de obter as primeiras inferências dos resultados obtidos e verificar possíveis inconsistências que pudessem atrapalhar o resultado das análises. Desta forma, ocorreu o processamento dos dados e as informações geradas serão analisadas e interpretadas no tópico seguinte.

5. O TRABALHO E A NATUREZA DA ATIVIDADE PRODUTIVA DA MULHER EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO ARTESANATO

O seguinte capítulo é subdividido em quatro pontos, o primeiro, revela por meio de dados secundários, informações referentes à economia solidária em cenário nacional e regional, à luz do mapeamento nacional dos EES. O segundo, segue com informações acerca do perfil sociodemográfico das associadas, levantado em cooperação pela Oasis/UFRN e SEMTAS/Natal (2016). A importância de retomar os dados do mapeamento e do perfil, consiste em oferecer um panorama fundamental para compreensão dos dois últimos pontos, ambos advindos de dados primários: as categorias teóricas e classes analíticas utilizadas na discussão da análise categorial, onde de fato, apura-se a viabilidade dessas associações.

5.1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL À LUZ DE RESULTADOS DO MAPEAMENTO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Conforme os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), concluído em 2013 pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013), no Brasil foram contabilizados 19.708⁵ empreendimentos, dos quais, 10.793 com área de atuação rural, 6.856 empreendimentos urbanos e 2.058 mistos, ou seja, com atuação nos âmbitos rural e urbano. Na região Nordeste, os números confirmam a tendência brasileira. São 5.804 empreendimentos rurais, 1.544 urbanos e 682 mistos. No estado do Rio Grande do Norte, a realidade é semelhante ao cenário nacional e regional. Do total de 1.158 empreendimentos, predominam grupos da área rural (894), contra 226 urbanos e 38 mistos. Em Natal, local onde foi realizada a pesquisa em pauta junto ao segmento do artesanato, foram mapeados 60 empreendimentos, destes, 55 situam-se na zona urbana, 4 na zona rural e apenas 1 misto. A urbanização da cidade, como capital do estado, explica a forte predominância urbana em contraposição ao reduzido número de empreendimentos rurais, divergindo, portanto, das tendências apontadas.

Outro dado oportuno à análise aqui procedida, é o da quantidade de sócias mulheres que compõem os empreendimentos. No Brasil, esse número chega a 620.258 sócias, 252.286 sócias na região Nordeste, 45.611 no Rio Grande do Norte e 11.782 em Natal, em contraposição ao total de 803.373 homens no Brasil, 281.501 no Nordeste, 60.912 no Rio Grande e 13.243 em

⁵ Resultados disponível por meio do ATLAS digital, via SIES. Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Para melhor compreensão, indica-se a leitura do relatório de pesquisa desenvolvido pelo IPEA (2016) acerca dos novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil, disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf>

Natal. Segundo Specht (2009), quando se examina a composição social dos empreendimentos, o que se vê é, que quanto menor o tamanho do empreendimento, maior é a participação das mulheres. Entretanto, o número de mulheres que desempenham função de direção ou coordenação dos empreendimentos apresenta redução considerável – são 86.040 no Brasil, 40.285 no Nordeste, 6.017 no Rio Grande do Norte e apenas 170 em Natal (SENAES, 2013).

Com relação às atividades desempenhadas, em termos de Brasil a principal atividade econômica é a de produção e comercialização, com 11.081 e responsável por aproximadamente 57% da atividade econômica da economia solidária. Esse dado é importante à análise aqui realizada por apontar concentração na geração de renda no âmbito da economia solidária. No Rio Grande do Norte e em Natal, as principais atividades desenvolvidas são as de consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, seguida das atividades de produção e comercialização e prestação de serviços à terceiros. Quando se parte para uma análise do plano urbano, abre-se a possibilidade de fazer comparações que incitam (SCOTT; CORDEIRO, 2013) novas perspectivas de compreensão. A predominância de mulheres deve ser igualmente destacada por assumirem papel relevante na constituição de quase totalidade dos empreendimentos. Diferentemente do plano rural, onde predominam o cooperativismo e a recuperação de empresas, as atividades dos empreendimentos são predominantemente desempenhadas por mulheres, concentradas no artesanato e na produção de alimentos.

No conjunto das motivações citadas para a criação dos empreendimentos, o Mapeamento aponta que a renda obtida na economia solidária é apontada como complemento à renda familiar. Na região nordeste e no Rio Grande do Norte, a motivação principal é outra, parte como uma alternativa ao desemprego. Em números, dos 1.158 empreendimentos, 205 EES afirmam que a renda gerada com a economia solidária é a menor parte da renda familiar e 170 reiteram que o objetivo do EES não é a geração de renda. Na cidade de Natal, o cenário apresenta semelhanças ao nacional, dos 60 empreendimentos mapeados, 29 alegam a predominância da atividade representar apenas um complemento para a renda familiar e 5 afirmam que o objetivo não é sequer, geração de renda. As fragilidades econômicas dos EES, se evidenciam quando se questiona os resultados das atividades econômicas dos empreendimentos, pois, as respostas mais presentes giram em torno destes pagarem apenas suas despesas sem sobras ou então, uma pequena sobra/excedente.

Quadro 5 – Síntese de informações dos EES de acordo com o Mapeamento Nacional

	Brasil	Nordeste	RN	Natal
Rurais	10.793	5.804	894	4
Urbanos	6.856	1.544	226	55
Mistos	2.058	684	38	1
TOTAL	19.708	8.032	1.158	60
Sócias	620.258	252.286	45.611	11.782
Sócios	803.373	281.501	60.912	13.243
Sócias em Direção	86.040	40.285	6.017	170
Ativ. Desemp.	Produção e Comercialização	Produção e Comercialização	Consumo e Uso coletivo de bens	Produção e Comercialização
Motivações	Complemento à Renda	Alternativa ao Desemprego	Alternativa ao Desemprego	Complemento à Renda

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5.2 PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO DAS SÓCIAS DOS EMPREENDIMENTOS DO ESTUDO

Não apenas no caso em pauta, de empreendimentos econômicos solidários do artesanato em Natal, mas, também, em todo o Brasil, conforme reconhecem Angelin e Bernardi (2007), a estruturação do movimento da economia solidária conta com a organização de vários grupos de mulheres (clube de mães, igrejas, comunidades e associações). Os autores destacam fator cultural para explicar a articulação entre mulheres e a economia solidária, ao considerar que são elas as maiores responsáveis por relações de reciprocidade entre a família e a sociedade.

De acordo com levantamento realizado para caracterização dos grupos atendidos pela aludida pesquisa-ação da Oasis/UFRN, realizado pela SEMTAS/Natal (2016), os grupos assessorados têm ampla predominância feminina - 97% são compostos por mulheres (341 associadas) contra a participação de apenas 11 homens (3%). A idade é, em média, de 50,36 anos, variando entre os 33 e 70 anos – em alguns grupos há predominância de idosas, acima dos 60 anos. A quantidade de membros varia entre 7 e 25 por empreendimento. Quanto à escolaridade, há nítida discrepância – 35% possuem ensino médio completo, enquanto parte similar (32%) não possuem ensino fundamental completo, ou, sequer foram escolarizadas (2%). As demais possuem ensino médio incompleto (15%) ou ensino fundamental completo (13%), ao passo que, as que conseguiram chegar ao ensino superior (2%), não concluíram.

No que se refere à renda, 63% afirmaram receber pensões e/ou aposentadorias e se encontram devidamente cadastradas no CadÚnico. A principal ocupação das mulheres é em atividades domésticas, conciliando-as com as atividades do artesanato (58%). O artesanato é tomado como atividade complementar por 53% das associadas e outra parte faz trabalhos complementares, como revenda de cosméticos e produção de refeições para complementar a renda familiar. Aproximadamente 80% possui renda de um salário mínimo (R\$ 937,00) com renda familiar per capita em torno de R\$170 a R\$440 (47%).

Para participação no Projeto de pesquisa-ação da UFRN, em cooperação com a SEMTAS e a SENAES, há motivos secundários como resultado de busca ativa da assistência social, incentivos de agentes comunitários, obtenção de documentos civis, acesso à crédito. As principais razões, todavia, residem em acesso à ocupação, melhoria da renda e elevação de escolaridade/acesso à formação. Os grupos predominantemente trabalham com pintura, bordado, confecção de roupas e peças íntimas, produção de redes e produção de vassouras/produtos de limpeza.

Quadro 6 – Síntese De informações dos grupos participantes da pesquisa

Grupo	Idade Média	Total de Associadas	Associadas Participantes dos GFO
Grupo de mulheres fé e alegria de Lagoa Azul *	45	19	19
Grupo de mulheres fé e alegria de Felipe Camarão	46	11	-
Rede dos sonhos *	54	9	9
Clube de mães Maria de Lourdes Ferreira*	54	15	13
Associação de Mulheres Cristãs Santa Maria Bernarda*	49	15	12
Associação Nossa Senhora das Dores	53	25	-
Associação de Mulheres do Bairro Nazaré	63	15	-
Associação dos melhores amigos do bairro Nossa Senhora da Apresentação	49	16	-
Clube de Mães Lourdes Guilherme*	53	11	10
Associação Nossa Senhora de Fátima	46	9	-
Associação das Mulheres Santa Vitória *	47	17	13
Associação dos Empreendedores Sociais	44	19	-
Sociedade beneficente São Sebastião	46	21	-
Associação Maria Rita*	48	16	14
Associação de bordadeiras, costureiras e artesãos do conjunto Santa Catarina	53	14	-
Associação de mulheres do Conjunto Santa Catarina	67	12	-
Círculo dos trabalhadores de Igapó*	53	19	11
Associação de corte e costura de Natal	46	8	-
Associação de moradores e amigos do Bom Pastor	42	19	-
GRUDAC*	45	7	7
ASCOBEM*	60	19	17
Clube de Mães João Paulo II *	48	16	14
ACAP*	45	9	9
Associação de moradores da comunidade Salinas	33	10	-
Associação de idosos Julieta Barros *	70	14	11
TOTAL	50,36	365	159
LEGENDA			
*Grupos participantes da Pesquisa			
OBS: A ordem disposta dos grupos não representa a ordem disposta dos Grupos Focais			

Fonte: Dados da pesquisa-ação Oasis/UFRN e SEMTAS/Natal (2016).

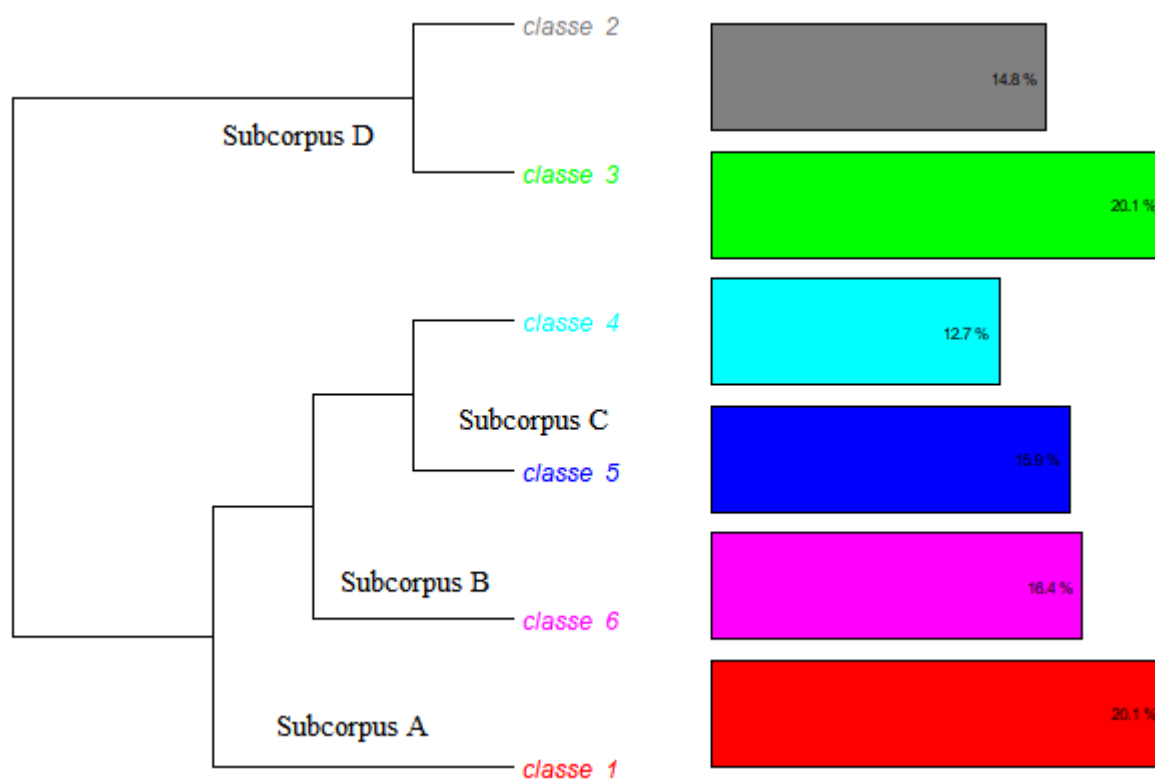
5.3. CATEGORIAS TEÓRICAS E CLASSES ANALÍTICAS GERADAS

Com base no conteúdo transcrito dos encontros de grupo focal, um *corpus* unificado foi criado para inserção no IRAMUTEQ. Além da análise lexical derivada do conteúdo do *corpus*, o IRAMUTEQ ofereceu uma análise estatística textual. Os textos foram separados em 225 segmentos de texto (ST), que são recortes realizados pelo *software* para análise. O *corpus* processado teve aproveitamento de 189 segmentos de texto (ST), isto é, apresentou retenção de 84% do material que foi levado à análise. Os manuais de utilização do IRAMUTEQ indicam que tal porcentagem deve ser, no mínimo, de 70%. Desse modo, o *corpus* analisado é representativo. O software contabilizou 7.722 ocorrências (proposições, palavras), sendo 2.130 palavras distintas e 1.724 palavras com apenas uma ocorrência.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), recurso do IRAMUTEQ, foi empregada para agrupar segmentos de texto e formar um esquema hierárquico de classes. A CHD tem como função inferir o conteúdo do *corpus* e compreender grupos de discursos ou ideias emergentes do texto. A análise do conteúdo processado gerou seis classes (*clusters*): Classe 1, contendo 38 ST (20,11%); Classe 2, com 28 ST (14,81%); Classe 3, com 38 ST (20,11%); Classe 4, com 24 ST (12,7%); Classe 5, com 30 ST (15,87%) e Classe 6, com 31 ST (16,4). Essa distribuição de classes pode ser visualizada no primeiro dendograma gerado pelo *software* e demonstra as relações existentes entre as seis classes (Figura 1). A denominação das classes se deu pela natureza das palavras agrupadas na CHD mediada pela aproximação com as categorias teóricas propostas para análise.

As classes estão divididas em quatro ramificações do *corpus* (Subcorpus A; Subcorpus B; Subcorpus C; Subcorpus D). O subcorpus A, composto apenas pela Classe 1, referente à *Renda das Associadas* (Quadro 6), traz resultados de questões referentes aos rendimentos obtidos com o artesanato, incluindo a correlação entre necessidade de obter renda *versus* desejo de trabalhar no mercado formal e motivos da escolha pelo artesanato. O subcorpus B é composto apenas pela Classe 6 e trata de diferenças percebidas entre momentos anteriores e posteriores ao vínculo com a associação e a representatividade das associações para as sócias. Essa classe apresenta forte correlação com o Subcorpus C – que se desdobra a partir do B e é composto pelas Classes 5 e 4 referentes a *Conhecimento Adquirido e Relações Sociais* respectivamente (Quadro 6).

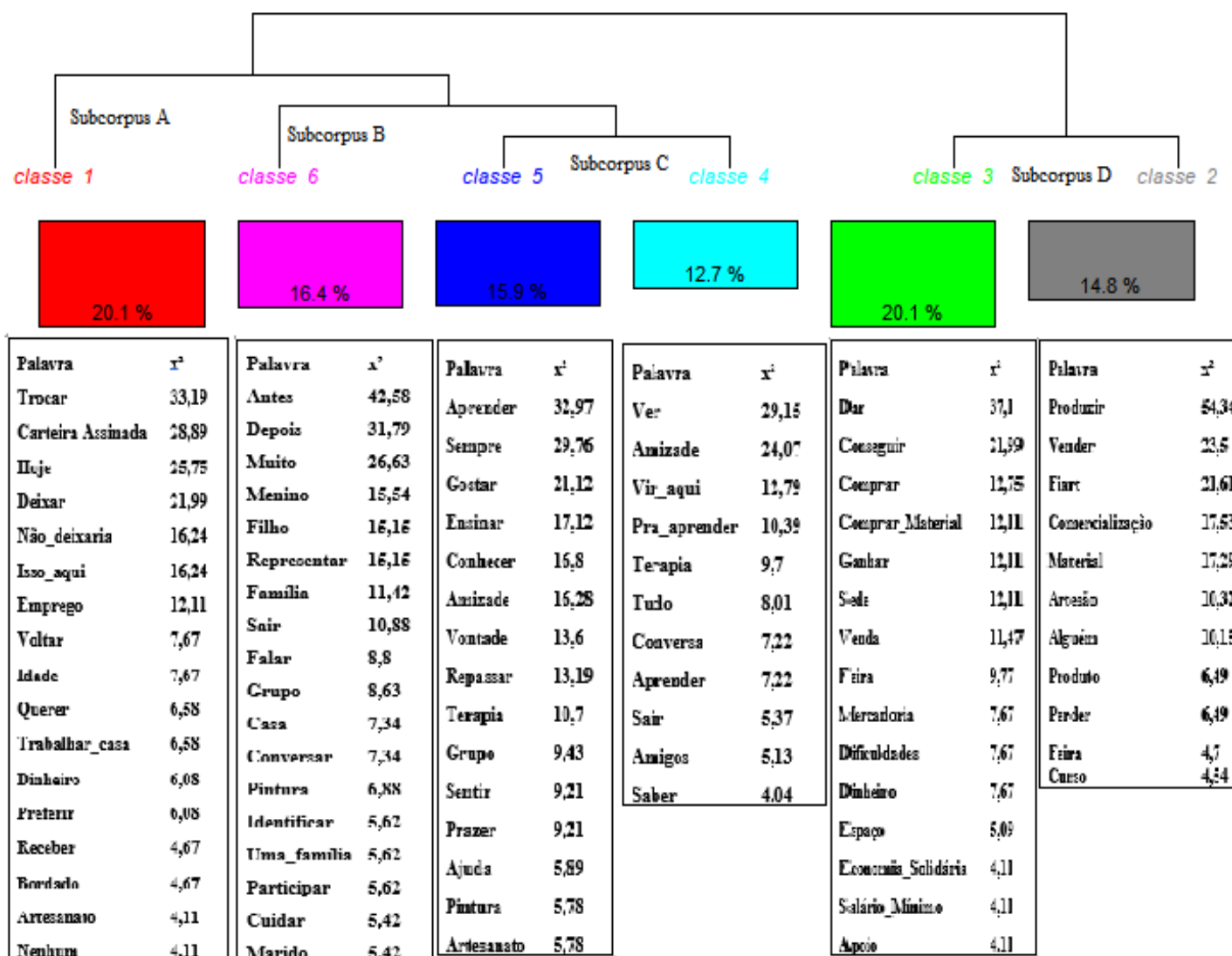
Figura 1 – Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: *Software* IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

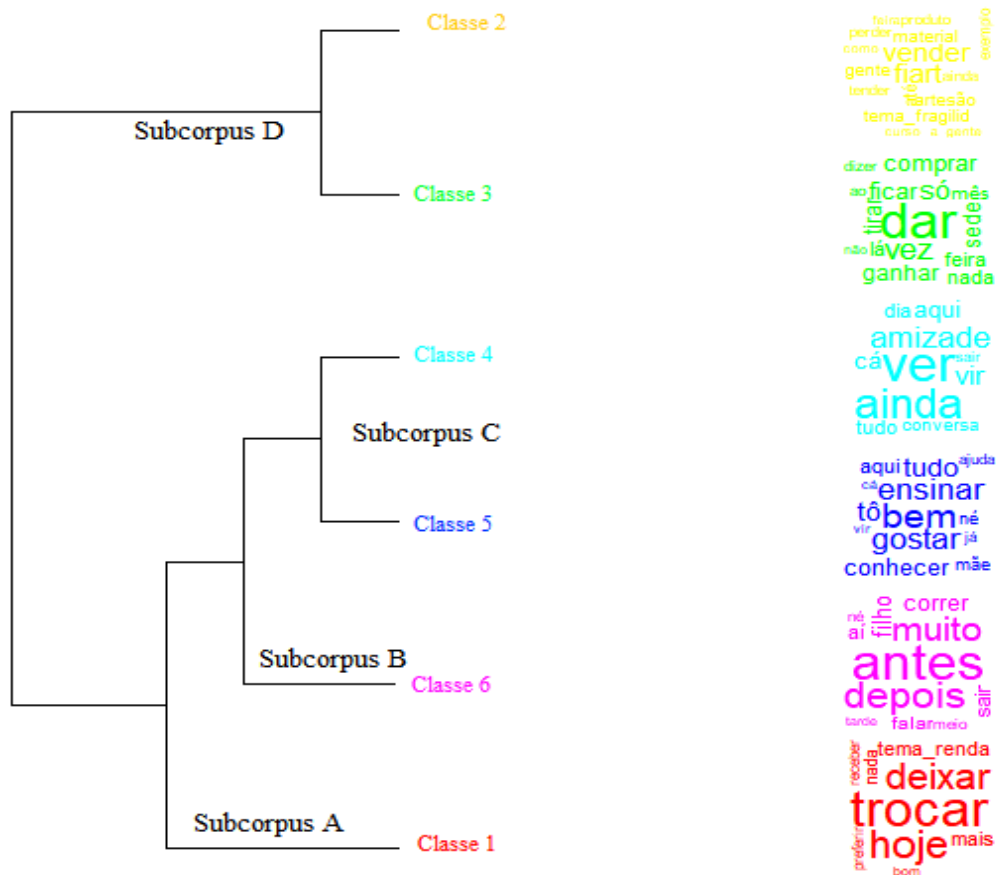
Nos Subcorpus B e C se destacam posicionamentos que abordam a busca por conhecimento e relações sociais estabelecidas entre as associadas, como reflexo ao que os grupos representam em suas vidas. O Subcorpus D é representado pelas Classes 2 e 3, referentes a *Conquistas e Fragilidades* (Quadro 6), e nelas estão elementos mais representativos de conquistas e dificuldades das associadas e das associações. Para facilitar a visualização das classes, a Figura 2 traz um organograma com a lista de palavras de cada classe gerada pelo IRAMUTEQ a partir do teste Qui-Quadrado > 3 (χ^2), que representa a associação de cada palavra mais significativa com a classe em que se encontra. Seguem-se, então, com o mesmo propósito de facilitar a visualização, nuvens de palavras específicas para cada classe (Figura 3).

Figura 2 – Organograma das classes com suas respectivas palavras, frequências e χ^2



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

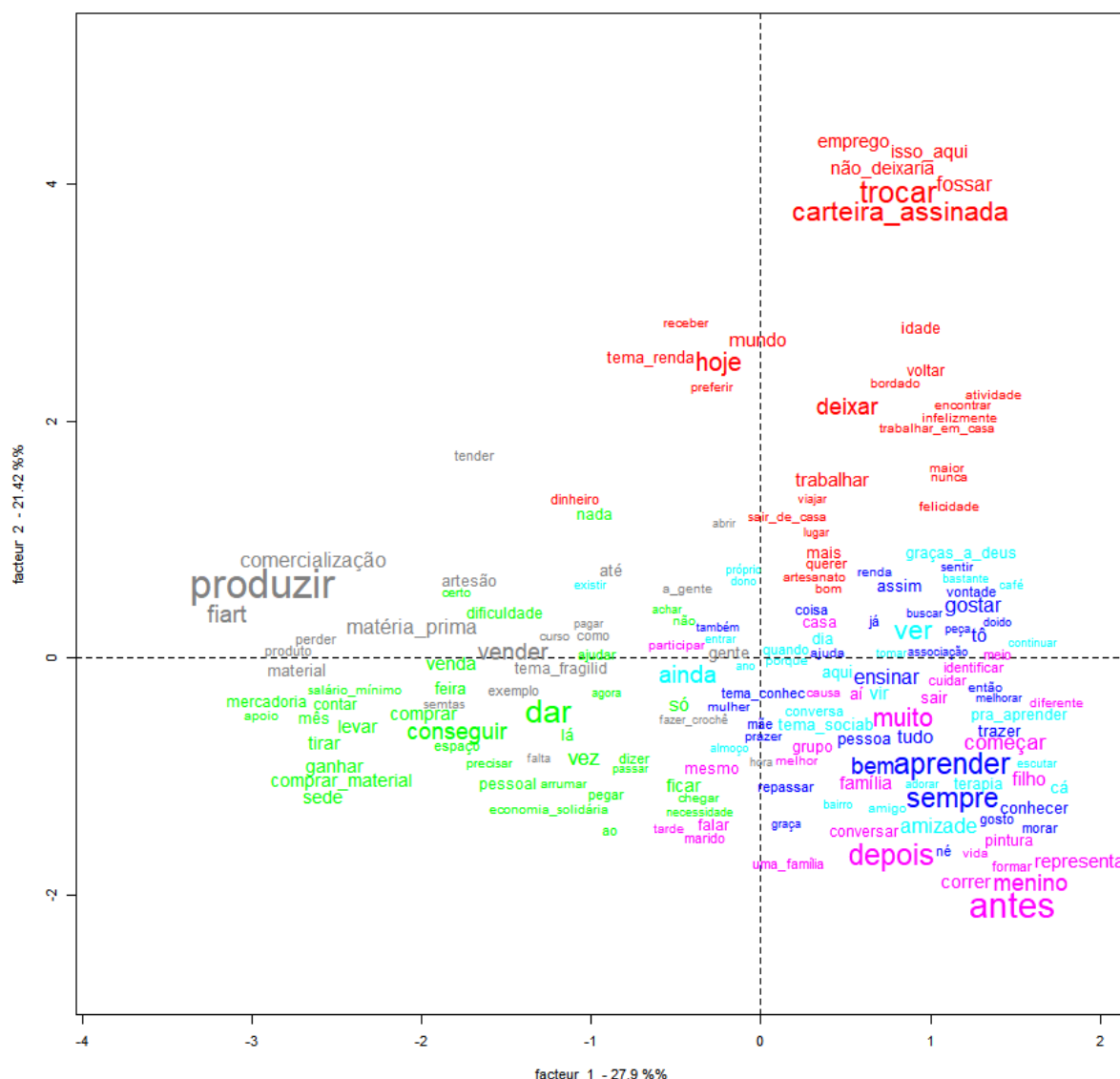
Figura 3 – Nuvem de palavras emergentes distribuídas pelas Classes



Fonte: *Software IRAMUTEQ*, dados da pesquisa (2018).

Por meio da Análise Fatorial de Correspondência (AFC), foi possível realizar associações entre palavras, considerando a frequência de incidência de cada uma nas classes, representando-as em um plano cartesiano. Observa-se que as palavras de todas as classes se apresentam num segmento centralizado, que se expande para pontos periféricos. Contudo, há palavras que ultrapassam quadrantes, apresentando correlação significativa entre as classes.

Figura 4 – Análise Fatorial por Correspondência (AFC)



Fonte: *Software* IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2018).

Na representação gráfica da AFC, é possível visualizar relativa concentração nos segmentos dos quadrantes, ainda que mediante a expansão de alguns vocábulos para as extremidades. Fica evidente a predominância da Classe 1 no quadrante superior direito, da Classe 2 no quadrante superior esquerdo, da Classe 3 no quadrante inferior esquerdo e das Classes 4, 5 e 6 no quadrante inferior direito. Entretanto, o padrão de imbricamento entre as palavras das seis classes, conforme delimitado pelo *software*, revela que em todos os quadrantes há forte relação entre todas as classes. É importante destacar que as subclasses surgidas da CHD foram denominadas com base na discussão teórica, apresentando forte semelhança com as categorias analíticas previamente delimitadas e adiante discutidas.

Quadro 7 – Síntese das categorias teóricas e classes analíticas geradas

Subcorpus	Classes	Categorias Analíticas	Fonte
A	<i>Renda</i>	Geração e Importância da Renda	(GADREY, 2004; GADREY, 2005; LOPES ET. AL., 2017)
B	<i>Conhecimento Adquirido e Repassado</i>	Conhecimento	(ARAÚJO, 1998; SILVA JR., 2016; LOPES ET. AL, 2017; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010); (SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008) .
C	<i>Sociabilidade</i>	Processos sociais e satisfação de necessidades	(FRANÇA FILHO, 2004; CABRAL, 2003; GADREY, 2005; GUÉRIN, 2005; PITACAS, 2009; SILVA JR., 2016; LOPES ET. AL., 2017.)
D	<i>Avanços e Dificuldades</i>	Conquistas e Entraves pessoais e da Associação	(GUÉRIN, 2005; BENINI; BENINI, 2015; KUYVEN, 2016; LAVILLE, 2014; SILVA JR, 2016; LOPES ET. AL.,2017).

Fonte: dados da pesquisa (2018).

5.4. ANÁLISE CATEGORIAL

Na sequência, são analisadas as classes geradas pelo *software* IRAMUTEQ de acordo com a ordem exposta no Quadro 6.

a) Renda

Nessa categoria, a intenção foi captar informações referentes à importância atribuída ao propósito de geração de renda, considerando tantos os dados secundários anteriormente comentados quanto a constatação empírica de limitações na comercialização dos grupos. Procurou-se revelar a principal fonte de renda das artesãs e o eventual interesse por vaga de emprego no mercado formal. A questão nesse ponto foi: “Você deixaria o trabalho no artesanato, aqui na associação, por um emprego no mercado formal?” Buscava-se, assim, estabelecer contraposição entre utilidade econômico-financeira, monetária e de mercado, dos empreendimentos, e utilidade social. Por essa razão, outra questão orientou a discussão: “Se a atividade produtiva no artesanato não remunera devidamente o trabalho, por que, então, você permanece trabalhando aqui na associação?”.

O perfil dos grupos indica peculiaridades e diferenças de interesse entre as artesãs. Menor parcela expressa fortemente a necessidade de renda por meio das atividades produtivas e venda do artesanato. Esses grupos são aqueles em que as associadas estão em etária inferior à média de idade do conjunto (51,5 anos). São, assim, mulheres entre 30 e 40 anos de idade que, em tese, poderiam ocupar posto de trabalho no mercado formal:

“A geração de renda é muito importante para o grupo e eu deixaria o artesanato pela carteira assinada porque é muito fraco aqui. Eu já trabalhei fora e sai por causa de problema de saúde. Mas, é bom ter o dinheiro certinho coisa que infelizmente a gente não consegue com o trabalho do grupo” (GFO 6)

“Nesse grupo só duas pessoas pagam a mensalidade, o resto não paga porque não tem de onde tirar. Quem é dona de casa, tem força, é jovem, tá procurando emprego. Eu tô procurando emprego, ter uma com carteira assinada.” (GFO 1)

É importante lembrar que 63% das informantes são aposentadas e/ou pensionistas e, desse modo, a relativização da renda envolve parcela em torno de 37%. Porém, por dificuldades de acesso ao mercado formal, restrita educação, saúde debilitada, atraso na inserção no mercado de trabalho e responsabilidades domésticas, resta, a essa parcela menor de mulheres, o trabalho no artesanato. Ocorre, todavia, que, conforme alegou uma artesã no GFO 3, “A gente não consegue tirar muita coisa daqui; só um pouquinho. O que a gente consegue, se for feira, que

todo mundo trabalha em grupo, o dinheiro fica dividido por igual pra todo mundo”. Se a renda é incerta e restrita, o que, então, explica a permanência dos grupos? A resposta, conforme se busca aqui evidenciar, caminha para a utilidade social, e, não, para a utilidade econômico-financeira.

O segmento do artesanato é predominantemente feminino no Rio Grande do Norte) e estruturado em cooperativas e associações que possuem dificuldades, entre outras, em gestão financeira, apuração de custos e formação de preços (CARVALHO, 2016. Com escolarização restrita (65% possuem formação inferior ao ensino médio) decorrem dificuldades para aprendizagens de natureza técnica. Cabe, aqui, questionar: para além de eventuais limitações cognitivas, há interesse dos coletivos pelo domínio de técnicas especializadas de gestão? Ou, em que medida tal domínio, eventualmente, contribuiria para o aprimoramento do desempenho dos grupos? Não bastassem tais atributos, expectativas e limitações no interior dos grupos pesquisados, há fatores de mercado, de competição, com os quais precisam lidar:

Quando a gente vai pra feira, os que vendem mais são aqueles que vendem mais barato, se o meu vizinho baixa o preço, o que eu vou fazer?” (GFO 3)

O mercado competitivo, portanto, impõe regras, limita, mas, não assusta, não desanima as artesãs. Uma artesã declarou, no GFO 11, que o grupo havia participado de uma feira e que nada havia vendido. Ao ser questionada se o grupo iria para as feiras seguintes, a resposta foi taxativa: *“Iremos, claro! Tem feira que é uma negação, mas a gente não vai pra feira só pra vender. A gente vai pra conhecer novas pessoas, fazer amizade, trocar cartão, ver novos produtos e aprender novas técnicas, vale a pena”*. Limitações na comercialização e na renda são resultados esperados, e, mesmo quando existente, a remuneração é baixa e serve, tão somente, como mera contribuição à renda familiar.

“As vendas são assim, mais ou menos boas: tem dia que é bom, tem dia que não é; mas, mesmo pouca, faz uma diferençazinha no nosso dinheiro. É pouca, mas, faz”. (GFO 4)

A renda principal das mulheres gira em torno de aposentadorias, pensões e, em alguns casos, auxílios governamentais, como o Bolsa Família. Há aquelas que preferem produzir em casa para conciliar as atividades domésticas com a produção de artesanato. Aqui reside outro fator relevante à análise dos empreendimentos econômicos solidários estudados: o segmento é

fortemente constituído por donas-de-casa e é possível encontrar artesã que não produz para venda, mas, sim, tão somente para presentear:

“A gente tem a necessidade de gerar renda sem sair de casa, de sermos donas-de-casa, mas, ter alguma coisinha pra complementar” (GFO 1)

“Estou desempregada, conto somente com a ajuda do meu ex-marido. Quando não tem venda, todo mundo procura trabalho; havendo comercialização, a prioridade é trabalhar em casa, sua qualidade de vida é outra se você tem um ambiente que você faz o que gosta, você não vai querer sair de casa para ir buscar renda em outro lugar” (GFO 1).

“Às vezes a gente tem as tarefas domésticas pra dar conta e não consegue fazer um horário certinho todo dia pro artesanato. Tem dia que as coisas atrasam em casa. Mas, é bem melhor ficar aqui na sede porque tem troca de experiência. Eu não vendo nada; faço só para meus amigos e minha família; faço só para dar presente” (GFO 2)

O cuidado com o lar envolve atenção a filhos, netos, esposo, pai, mãe e outros familiares. Na maioria dos casos as artesãs são únicas para desempenhar funções domésticas, pois, não contam com auxílio de outros familiares, não possuem renda para terceirizar as tarefas de cuidado e nem conseguem acesso a serviços públicos de creche:

“Meu esposo trabalha fora, aí, pra eu sair de casa e deixar meus filhos, eu não tenho coragem. Prefiro ficar aqui, feliz, ganhando pouco, cuidando dos meus filhos e isso aqui sendo só um complemento. Prefiro isso a ter que sair feito uma doida trabalhando e dando dinheiro pros outros” (GFO 4)

Há, portanto, felicidade, mesmo quando a renda é pouca e incerta. O prazer pelo trabalho artesanal reside, no caso de donas-de-casa, na possibilidade de estar próximo à família e na flexibilidade em conciliar trabalho externo e afazeres domésticos. Há associadas que relatam e rejeitam rotinas de trabalho exaustivas às quais foram submetidas em empregos anteriores, demonstrando forte insatisfação com tal realidade. O trabalho artesanal, nesses casos, ganha preferência como consequência da forte negação ao mercado formal de trabalho:

“Aquilo não é vida! A gente não tem nem como cuidar de um filho doente, passava muito tempo fora de casa, não via os filhos, a gente adoce mesmo! A gente tá aqui não é por dinheiro não, é muito mais” (GFO 12)

Há mulheres, em faixa de idade menor que a média, que desejariam retornar ou ingressar no mercado de trabalho por pura necessidade econômica. Outras, na mesma faixa etária, relatam que, se tivessem oportunidade de voltar ao mercado de trabalho formal, não voltariam, especialmente em virtude de jornadas longas e exaustivas. A renda, assim, é uma necessidade, mas, a proximidade com o lar e o prazer de cuidar da família frequentemente se sobrepõem:

“Não trocaria por nada o cuidado com meu filho. Dinheiro nenhum vale a felicidade que temos aqui. A idade não permite também. Se fosse jovem, talvez trabalhasse em empresa” (GFO 2)

“Eu não deixaria isso aqui por carteira assinada não. Se desse pra conciliar, seria muito bom, mas, falta oportunidade pra gente. Aqui a gente é muito mais feliz do que saindo de casa de 4 horas da manhã e chegando às dez” (GFO 10)

São fortes o vínculo afetivo com o grupo e o prazer com a atividade realizada. Desse modo, não houve, no conjunto dos grupos focais, registro de opção por trabalho formal em detrimento da atividade produtiva no artesanato. Uma artesã alegou que *“Eu, tendo uma coisa fixa, eu trocaria; por uma coisa que seria certa, eu trocaria. Mas, nunca deixaria o artesanato.” (GFO 2)*. A posição, portanto, é de “nunca” deixar o artesanato. Logo, sem possibilidade de conciliação, permanecerá o vínculo com o artesanato, inclusive pelo fato dele permitir o cuidado com o lar:

“Eu não deixaria por carteira assinada, acho que ninguém deixa. Eu não arranjo mais nada porque não tenho mais idade e o trabalho de casa é mais prazeroso. Os dois são prazerosos. Agora, entre trabalhar numa fábrica e trabalhar em casa, claro que trabalhar em casa é melhor” (GFO 5)

O futuro das informantes é fortemente demarcado pelo apego sentimental à atividade produtiva e pela determinação na continuidade do trabalho no artesanato, sem ambição, tão somente pensando em alguma estabilidade no futuro e no fluxo de recursos para garantir o giro do estoque, a manutenção da produção:

“Eu já tive muita vontade de trabalhar fora, por isso eu fiz a inscrição na bendita da Guararapes. Hoje, não tenho nem aposentadoria garantida, aí, se eu pudesse voltar no tempo eu trabalharia fora pra ter um conforto maior. Mas, eu não troco hoje em dia isso aqui por emprego nenhum. Não trocaria e continuaria com meu artesanato. Eu queria que desse mais grana pra gente aumentar o estoque, mas, não é pra acumular dinheiro não” (GFO 3).

A fragilidade econômica dos empreendimentos é uma realidade. Wellen (2012), apesar da crítica que realiza quanto à sazonalidade do trabalho nos empreendimentos, reconhece que, apesar da precariedade, a economia solidária se consolida como projeto social emancipatório pela razão de que os empreendimentos permitem certa desvinculação e superação da lógica de produção capitalista. A pesquisa no segmento do artesanato aponta para valores que, de fato, questionam relações com dinheiro e renda:

“Eu não trocaria essa vida na associação por dinheiro nenhum. Dinheiro não traz felicidade. A gente procurava uma renda mesmo, sabia? [quando constituíram a associação]. Mas, o que a gente tira daqui é tão pouquinho, que permanecemos aqui pelas outras coisas que arrumamos. Pode até ficar apertado, mas, passamos” (GFO 5)

“Hoje estou mais afastada porque fui criar das crianças. Mas, a gente tem, uma sócia que saiu para emprego com carteira e voltou porque aqui ela encontra qualidade de vida” (GFO 1)

“Não ganho dinheiro não, mas ganho presente. O nosso trabalho de artesanato não está caindo no esquecimento, sem contar que você está tendo o prazer de executar o trabalho e o prazer de fazer alguma coisa com eles. A gente também aprende, traz alguma coisa, vai dar e também recebe isso é muito mais que o dinheiro. Eu quero ter tempo para a associação isso aqui é minha vida” (GFO 5)

Estão, nas falas acima, valores que remetem ao interesse na preservação cultural do artesanato, ao prazer do trabalho criativo, a aprendizagens e intercâmbios de saberes, e à busca por qualidade de vida. A utilidade social, ou, em outras palavras, o valor substantivo atribuído pelas mulheres à atividade realizada, explica a continuidade dos empreendimentos estudados. Não se percebe, no conjunto das falas coletadas, apego material, ao dinheiro, à renda. Ao contrário, há apego simbólico à associação, aliado a forte apego social pela convivência coletiva e pelo prazer da atividade laboral no artesanato. Na busca por renda, portanto, são encontrados, no segmento estudado, valores e utilidade sociais.

b) Conhecimento adquirido e repassado

Esta categoria traz informações referente a processos de formação e saberes compartilhados entre as associadas. A observação, durante a coleta de dados, evidenciou que as mulheres rotineiramente compartilham informações e aprendizagens diversas adquiridas no interior do próprio grupo e no ofício individual de estudar e aprimorar técnicas de produção de artesanato. Em perspectiva histórica, “muitas sociedades, como a brasileira, subalternizam a mulher, a começar por uma educação diferenciada, (...) predestinada à maternidade e aos

cuidados da casa, filhos, idosos, doentes. No mercado de trabalho, ser limitada a funções específicas” (VENTURI; GODINHO, 2013). No caso em pauta, predominantemente as mulheres se percebem como donas-de-casa, porém, com vida ativa em trabalho não-doméstico, rico em aprendizagens que compartilham.

É presente a busca por conhecimentos relacionados à produção de artesanato o que aparece evidenciado, primeiramente, no desejo de receber cursos de capacitação, frequentar palestras, participar de feiras, interagir com outros públicos. Além disso, são fortes o sentimento de pertencimento e a necessidade de convívio associativo, nesse caso, evidenciando comunidades de prática (WENGER, 1998). As comunidades de prática são formadas por pessoas que, voluntariamente, compartilham interesse ou paixão comuns, interagem regularmente, trocam informações e conhecimento, buscam sustentar comunidades e socializam aprendizagens revelando as seguintes dimensões: empreendimento conjunto, envolvimento mútuo e repertório compartilhado (WENGER, 2010). A ocupação em atividade não-doméstica assume significado social e emocional para as mulheres e lugar de aprendizagens e socialização permanentes:

“Um dos motivos que me traz para cá é a troca de experiência, a gente desopila, exercita a mente. A alegria da gente é ensinar e ver alguém progredir. Sempre eu digo isso: se você não tem o que fazer, está com a mente desocupada, fica triste, não fala com ninguém, fica deprimida, quando vem pra cá e passa um pouquinho já começa a melhorar e se torna outra pessoa. A gente nunca está satisfeita, sempre quer aprender mais, frequentar mais cursos. Aqui, o que a gente não sabe, aprende e, o mais importante, compartilha tudo que aprende” (GFO 11).

A construção de saberes dentro da associação acontece por meio da interação das associadas. Souza-Silva e Schommer (2008, p. 106) defendem diferentes perspectivas para compreender o fenômeno da aprendizagem, entre elas, está a abordagem socioprática, que compreende o processo de aprendizagem como produto de interações entre as pessoas intimamente vinculadas em contextos interacionais e profissionais, ou seja, a aprendizagem acontece não somente na mente do indivíduo, mas, por meio de relações sociais, intercâmbio de experiências e conhecimentos e significados atribuídos. Desse modo, aprendizagem se torna sinônimo de afeto e alegria:

“Umas três horas, duas vezes na semana aqui e eu tô aprendendo, ensinando, sendo feliz e fazendo os outros felizes. Eu estou aqui, estou adorando e aprendendo sempre. Conquista para nós é aprender; uns

ensinam e os outros aprendem e repassam o conhecimento do dia-a-dia” (GFO 2)

“É muito bom! Eu adoro, apesar de as vezes você não se identificar muito com um trabalho. Mas, você vai se identificando, vai absorvendo, vai aprendendo e vai fazendo e depois tá craque. Eu gosto mesmo é de repassar, gosto de ensinar tudo que sei. Essas mães daqui, quero trazer todas pra trabalhar” (GFO 4).

Os relatos perpassam o aprender, o ensinar e o conviver, além da necessidade de buscar novos conhecimentos como forma de qualificação permanente, há relatos de que a interação e a troca de conhecimentos fortaleceram os grupos. De acordo com Lopes *et. al.* (2017), a capacitação pode ser entendida como elemento de fortalecimento de capacidades gerenciais, o que, na economia solidária, envolve a autogestão. Tal fato aparece entre os grupos pesquisados. Uma artesã revelou:

“Aqui, quando precisamos tomar uma decisão, é tudo em reunião. Sempre conversamos e decidimos juntas; nós que tocamos esse grupo. A gente sabe que se a gente não decidir juntas, o grupo pode se prejudicar (...) A gente começou a fazer isso desde o início, mas, depois das formações é que entendemos que somos da economia solidária. Tá vendo? A gente já fazia economia solidária sem saber o que era” (GFO 9)

Aprender a decidir conjuntamente e tomar consciência de que integram a economia solidária são, no caso em pauta, componentes de gestão relevantes para as mulheres. Além disso, são relevantes as oportunidades de cursos técnicos específicos e de trocas, para aprimorar a qualidade dos produtos e diversificar a produção:

“Tô buscando me aperfeiçoar cada vez mais no artesanato. A coisa que eu mais gosto de fazer é artesanato e a gente aprende muito com as colegas, repassa o que a gente já sabe e assim as coisas vão melhorando. Aqui é todo mundo unido, todo mundo amigo; fora a aprendizagem que a gente tem.” (GFO 3)

“Quando tem curso, a comunidade se mobiliza. Eu questionei como seriam as qualificações. Ai, eu vi que tinha mais retorno quando a gente se junta, quando chama parte do grupo para uma formação de formadores, para serem multiplicadores” (GFO 1)

Sennett (2009, p.49) discorre que à medida que uma pessoa desenvolve capacidades e muda o conteúdo daquilo que ela repete, ou seja, à medida que se capacita e desenvolve uma habilidade ou um saber, a tendência natural é obter-se um produto de maior qualidade e relações

de aprendizagem mais ricas, uma vez que o processo de capacitação, por si, é carregado de significados. No caso em pauta, aparece o reconhecimento de avanços, não apenas do ponto de vista profissional, mas, também, pessoal:

“Se tiver qualificação o pessoal se motiva mais. Tivemos muitos avanços, nossa qualificação, a aprendizagem, a gente vive se aperfeiçoando, me dediquei à causa e são 11 anos de dedicação de onde a gente começou. Já tive vários avanços como pessoa e como profissional” (GFO 1).

Araújo (1998) e Schommer (2005) explicam que a transmissão integral do conhecimento engloba processos de negociação, partilhas e absorção de conhecimentos práticos permitindo a compreensão de aprendizagens e do conhecimento de forma simétrica, não-dicotômica. Desta forma, organizações associativas estendem benefícios a comunidades, que passam a usufruir de relações sociais estáveis. A integração com a comunidade e a transmissão de conhecimento, no caso das associações de artesanato, são exercícios cotidianos:

“Eu quero que a comunidade participe. Recebemos trabalho voluntário, aí, a gente pinta voluntariamente. Eu não trocaria isso aqui por nada, porque já estou cansada de fazer coisas para os outros e eu me sinto melhor como voluntária. Fizemos a recuperação do prédio com dinheiro do bingo, ajeitamos água, luz, porta, janelas... A gente se reúne duas vezes por semana nas terças e sextas. São as reuniões do grupo. Segunda, quarta e quinta a associação abre para os cursos à comunidade.” (GFO 2)

“Como é gratificante todo mundo trabalhando junto! Além de ser uma escolha que dá prazer, eu aprendi porque gosto do que faço aqui. Eu ensinei a produção de vassouras num lugar e hoje os alunos estão trabalhando com isso por conta própria. Não é só a renda não, é o prazer de estar aqui aprendendo, fazendo amizade, trocando experiências. (GFO 7)

É assim que se apresentam *comunidades de prática* entre os grupos de artesanato pesquisador. Tal preceito teórico não foi, a princípio, tomado como referência na pesquisa em pauta. Todavia, a presença empírica de elementos de comunidades de prática foi significativa, demandando as referências aqui procedidas.

c) Sociabilidade

A categoria sociabilidade surgiu a partir de questões que levavam a narrativas de solidariedade dentro dos grupos, a processos de trabalho, à identidade na economia solidária, à noção de pertencimento e a relações de reciprocidade. As vivências, conforme relatam as

mulheres, permitem que se sintam valorizadas, dotadas de conhecimentos e de reconhecimento pelos trabalhos que realizam. Na condição de donas-de-casa (majoritariamente), o fato de saírem de casa para a associação modifica a rotina doméstica e atribui às mulheres aumento de responsabilidade, ao tempo que promove novas possibilidades de vida social. A associação exerce papel fundamental na vida das mulheres e foi comum ouvir a importância a ela atribuída por meio de vocábulos como “família” e “isso aqui é tudo na vida”.

Outro viés conduz a uma noção de ambiente terapêutico, expresso por possibilidades de conversas, desabafos e distrações. Dejours (2004, p. 101) afirma a centralidade do trabalho na vida do sujeito, postulando uma continuidade entre o funcionamento psíquico no trabalho e fora dele, uma vez que a importância do trabalho na estruturação psíquica do indivíduo reside no fato que “o ato de produzir permite um reconhecimento de si próprio como alguém que existe e tem importância para a existência do outro, transformando o trabalho em um meio para a estruturação psíquica” (MENDES; MORRONE, 2002, p. 27). Houve relatos de cura de doenças psicológicas, como ansiedade, depressão e síndrome do pânico. Houve, ainda, relatos de sentimentos de valorização, por se sentir ouvida, acolhida e compreendida. O valor terapêutico não se constituiu, *a priori*, variável da presente pesquisa. Todavia, o viés de sociabilidade é fortemente demarcado pela noção de terapia:

“Isso aqui é uma terapia pra mim. Não é só ir pro médico e tomar remédio; tem que arrumar alguma coisa que faça bem pra sua cabeça. Melhorei muito depois que vim pra cá. Eu gosto muito, venho quase todo dia porque isso aqui é uma família” (GFO 4)

“Isso aqui pra mim é uma terapia, eu gosto de vir pra cá porque aqui é perto da minha casa. A gente vem pra cá quase toda tarde: segunda quarta e sexta; é muito bom. Mesmo que a gente chegue triste, quando sai daqui sai diferente, já sai alegre” (GFO 3)

“Meu marido morreu enforcado, encontrei ele enforcado numa árvore. Faz 3 dias que eu não tomo remédio para dormir e, isso é uma vitória. Venho pra cá, converso espaiado e volto mais leve pra casa. Vir pra associação me faz um bem danado, aumenta a autoestima [...]. É um bem físico para mente e para o corpo. Muita gente usa o artesanato como terapia, por mais que você tenha dificuldade de comercialização, tira o stress e a gente sabe que faz bem” (GFO 1)

“Pergunte se alguém aqui tem depressão. Eu tô aqui por amor, para aprender e ninguém vê ninguém fofocando. É uma terapia para desopilar a mente, fugir da depressão, fazer amizade” (GFO 2)

“Eu curei minha depressão, curei mesmo! Estava vendo a hora pular num poço, mas, aí melhorou primeiramente graças a Deus e secundamente graças ao grupo.” (GFO 8)

Houve caso de superação de violência doméstica, por intermédio e encorajamento das mulheres do grupo. Nesse sentido, a utilidade social dos empreendimentos ultrapassa vieses de lugar de trabalho e de produção de artesanato e de ambiente terapêutico para alcançar uma noção de luta e garantia de direitos, de busca de autonomia e emancipação, ainda que em grau limitado:

“Meu marido era muito machão, nunca me deixou sair de casa sozinha, não me deixava trabalhar... eu era uma escrava de casa. Quando eu tentava fazer algo por mim, ele me batia, dizia que eu não sabia fazer nada. Mas, veja onde eu vim parar? Olhe como estou bem hoje! Minhas amigas me ajudaram muito, minha filha. Não fosse o apoio delas eu não sabia o que fazer. Hoje eu sou costureira de mão cheia, vivo recebendo encomenda e o povo comenta é muito “olhe como as coisas dela são bem-feitas”. Hoje eu sou valorizada, viajo pras feiras” (GFO 6).

Respeito e valorização são as palavras de maior significado para as mulheres quando questionadas: *o que falta em suas vidas?* As respostas caminham para aspectos pessoais, sociais e profissionais “por mais que reconheçam os avanços no País, em especial nas últimas décadas, suas frustrações traduzem uma condição de gênero: ser mulher” (VENTURI; GODINHO, 2013, p.393). Por isso, não é estranho que as mulheres relatem que as maiores necessidades supridas pelos empreendimentos giram em torno da felicidade, de um escape da solidão por meio de relações de cumplicidade:

“Gosto muito daqui, do acolhimento daqui. Quando eu não posso vir, dá uma saudade danada. A aqui é uma coisa diferente; o café é gostoso, venho fazer amizade” (GFO 10)

“A maior satisfação que a gente tem de estar aqui é o trabalho, mas, mais ainda, a conversa e o aprendizado, porque a gente aprende coisa pra vida, sabe? A gente se ajuda demais” (GFO3).

“Reconhecimento, compartilhar conhecimento não tem dinheiro que pague; e preencher o vazio da solidão. Esse trabalho aqui modifica a vida da gente, a gente se valoriza, sabe que faz um produto bom, somos artesãs” (GFO 12).

O envolvimento emocional supera medos e mitiga vulnerabilidades, despertando sentimentos de conforto (BONELLI, 2004). Vale salientar que, diferentemente de ambiente

convencional de trabalho, a atividade produtiva nos grupos aparece com sentido de ocupação. É espaço de iguais, como elas se reconhecem, e não há necessidade de falsear sentimentos e emoções. Ao tempo que exercem o direito de, eventualmente, não estar bem e poder assim se apresentar, encontram nas companheiras do grupo apoio emocional e terapia, por meio da aproximação física e do ambiente social:

“O grupo representa só coisa boa, é uma família mesmo. Eu já gostava muito do artesanato antes, mas, essa foi uma porta que escancarou pra mim. Gosto muito desse espaço de artesanato, da instrutora, das mulheres, por que aqui eu me sinto num espaço de iguais” (GFO 5).

Ramos (1981) denomina tal natureza de organização como isonomia – espaço de iguais demarcado por prescrição mínima de normas, atividade autogrificante, atividade realizada como vocação, sistema amplo de tomada de decisão e relações interpessoais primárias (sem hierarquia). As mulheres necessitam de espaços de compartilhamentos para resolução de problemas cotidianos. Além disso, o envolvimento com a economia solidária o torna espaço de criação e manutenção de redes relacionais – uma figura da dimensão feminina de sociabilidade, de proximidade (PITROU, 1992).

Espaços públicos de proximidade favorecem momentos de reflexão e debate de problemas que afetam o cotidiano e podem ser construtores de fortes vínculos de relação social possibilitando a revalorização de práticas recíprocitárias (GUÉRIN, 2005). O pertencimento a uma coletividade que aprova e valida escolhas pessoais e, por conseguinte, alivia conflitos internos enfrentados pelas mulheres, tornam-se pontes entre o cotidiano do trabalho doméstico e o ambiente organizacional de trabalho não-doméstico:

“É um exemplo de união esse nosso grupo e isso é mais que importante. Há muito mais coisas nessa vida que valem mais que riqueza. Muitas vezes a gente tem um problema em casa, um problema de saúde, e é como eu te disse... é devido ao diálogo que a gente tem aqui, uma diz uma palavra, outra dá um apoio, isso aqui é bom demais” (GFO 3)

“Vim porque eu gosto de fazer algumas coisas em casa e é bom porque a gente passa a tarde aqui conversando, esquece os problemas, as chateações. Minha irmã já vinha pro grupo, aí, trouxe minha mãe e ficou me chamando pra vir também. Vim e acho bom demais.” (GFO 09)

De acordo com as associadas, a escolha do artesanato em específico, como atividade, se deu por motivação de terceiros, por contato com parentes ou amigos que já conheciam os grupos e incentivaram as mulheres a os procurar. Algumas das associadas já possuíam identidade prévia com o artesanato, seja por gosto, curiosidade ou apenas como atividade de lazer. Quando questionadas acerca das motivações que as trazem para os grupos e as necessidades que preenchem, as mulheres respondem: aumentar laços de amizade, realizar passeios, amor pelo trabalho, identidade com o grupo, lidar com o stress, superar tristezas, curar depressão (abrindo mão do uso contínuo de remédios), buscar autoestima e liberdade, fortalecer a identidade com o artesanato e com a economia solidária. Mais uma vez, os empreendimentos econômicos solidários aqui pautados ganham viés de utilidade social superior à dimensão econômico-financeira:

“O que continua trazendo a gente pra cá, todo dia, é o próprio grupo, é a comunhão, porque dinheiro muito a gente não vê. Mas, felicidade a gente tem de sobra! É muito bom esse momento, a terapia de ficar aqui.” (GFO 6)

“Pra mim a mudança que realmente consigo perceber foi que agora eu vivo feliz. Antes eu vivia triste; então, as coisas mudaram bastante. Eu tenho vontade de sair, cada vez mais, vontade de trabalhar, sentia muita falta de estar fazendo o curso, de estar com as meninas, senti falta da convivência” (GFO 10).

Outro ponto interessante a destacar são as relações de confiança e cooperação, que ultrapassam as paredes da associação. Tais relações acontecem quando esses grupos de mulheres se mobilizam em prol de objetivos comuns, atuando com bases na solidariedade, reconhecimento e camaradagem, por exemplo. O reconhecimento mútuo de esforços fortalece a identidade destas mulheres tanto em uma perspectiva psicológica quanto social. Esse tipo de reconhecimento dificilmente aconteceria em um ambiente de trabalho formal, dessa forma, a inserção nos grupos permite que haja um processo positivo de fortalecimento de identidade por meio das relações sociais incrustadas no trabalho. Durante um grupo focal, uma associada revelou como acontece relação de confiança com clientes que sequer são da comunidade:

“As feiras às vezes não dão dinheiro não, mas, é um prazer estar lá. Às vezes a gente vai vender nas feirinhas do IFRN e conhece as pessoas já, vendemos fiado porque sabemos que elas vão pagar, a gente conhece, confia. Compram sempre e a gente se ajuda” (GFO 7).

Há, nesse quesito de sociabilidade, uma epistemologia particular de sustentabilidade, de vida e de reflexões. Por essa razão, cabe aqui o questionamento de Faria e Moreno (2012): além da moeda e da economia, como podemos compreender os processos necessários para a produção do viver e satisfação das necessidades humanas? A teoria econômica clássica e o mercado, desconsideram necessidades humanas, e, ao desconsiderar, descaracterizam a história, as relações sociais e a vulnerabilidade que os acompanha. Cabe aqui pensarmos numa ressignificação do trabalho, que passaria de uma lógica puramente produtivista e econômica para dar visibilidade a fatores substantivo e entender a complexidade da satisfação das necessidades humanas. Este é um passo crucial no combate a estruturas capitalistas que intensificam desigualdades. Desta forma, a presente categoria demonstra força para justificar a viabilidade dos empreendimentos do artesanato muito mais pelo viés da utilidade social do que pelo valor econômico-monetário, de geração de renda.

d) Avanços e Dificuldades

Quando se optou por explorar uma categoria que leva em consideração o contraponto entre conquistas e entraves, o objetivo foi justamente relatar variáveis que dizem respeito a possibilidades de se alcançar autonomia, econômica ou não, por intermédio do trabalho associativo no artesanato. Trata-se de revelar informações acerca da qualidade de vida, de anseios e mudanças de vidas.

A primeira noção de conquista aparece relacionada à autonomia em virtude de trajetórias conturbadas de vida – várias mulheres vieram de famílias humildes, de cidades do interior ou do campo e não puderam trabalhar, não tiveram oportunidade de estudar, tampouco, estabelecer laços sociais mais amplos. Várias enfrentaram dificuldades intrafamiliares. O anseio por autonomia, todavia, esbarra, sim, em vários direitos violados ou ignorados. Autonomia, no modo como apresentam as mulheres, não necessariamente assume caráter econômico. Trata-se muito mais de revisão e consciência de dada noção de liberdade e, “portanto, falar de autonomia nos dias de hoje, significa dar um largo passo na história de lutas das mulheres, é preciso deixar claro que autonomia econômica é mais do que autonomia financeira” (VENTURI; GODINHO, 2013, p.399).

Conseguir sair de casa, reduzir a carga de atividades domésticas, viajar com o grupo, frequentar feiras, ter um tempo pessoal para se cuidar e estreitar laços sociais, são, para as mulheres do artesanato, fatores de autonomia e assumem elevado valor sentimental e emocional. Por essa razão, valores monetários pelas atividades produtivas no artesanato assumem menor relevância. Não deve, tal perspectiva de trabalho e de vida, se tornar fato

estranho à economia solidária. Conforme lembra Kuyven (2016), a economia solidária tem como um dos seus princípios orientadores a qualidade de vida acima do lucro. Desse modo, conquista feminina de autonomia, ou de maior liberdade, representa qualidade de vida por ampliar conhecimentos e autoestima, fortalecer a condição feminina, criar identidade e expandir horizontes e significados para o trabalho humano.

O acesso a conhecimentos é amplamente destacado pelas mulheres mediante relações de reciprocidade. Segundo Laval (2006, p. 109) para Mauss, “a reciprocidade não se limita a dádiva entre pares; ela rege o princípio das relações entre grupos de idade e estatutos”. Nesse sentido,

“Nós tivemos muitas conquistas e tudo que aprendi foi depois que entrei aqui. Aprendi a trabalhar em grupo e eu ganho amizade, carinho, almoço, janta, dormida. Outra conquista foram as nossas viagens: já viajei pra fora e adquiri mais conhecimento. A gente também foi ensinar e, quando o curso termina, fica cada coisa tão linda!” (GFO 5)

“Participei de vários cursos, de macramê, de manicure, de embalagens e aprendi muito aqui. Até um curso de rede a gente fez aqui. Esse curso rendeu muito e a gente passou a produzir. Pra mim, a maior conquista é o meu aprendizado e estar aqui neste espaço” (GFO 7).

As associações, no geral, relatam dificuldades com relação à compra de materiais e insumos para produzir o artesanato. Uma minoria relata que não enfrentar dificuldades, tendo em vista a rede de colaboração que algumas associadas possuem com terceiros, que auxiliam, doando insumos para que elas produzam. De um ou outro modo, os empreendimentos expõem limitações com fluxo de caixa para garantir a reposição de insumos:

“Nós temos que comprar o material e a dificuldade financeira de comprar material.” (GFO 2)

“A gente não tem dinheiro para comprar o que precisa. Nossa matéria prima, por exemplo, fizemos um sorteio com brindes doados” (GFO 2)

“No começo a gente tinha bastante dificuldade com material; agora, não tem mais. O prédio é cedido pra gente, eu batalho bastante, faço de tudo pra não faltar material, sabe? E consigo, graças a Deus! Quando não tem quem doe, eu tiro do meu bolso e compro. Eu sou aposentada e tenho uma renda certa. O que eu não quero é que falte, não quero é ver mente desocupada.” (GFO 4)

“A maior dificuldade eu acho é material, a dificuldade pra comprar material; também tem pra vender e dar continuidade às nossas atividades. Hoje a gente participa de feiras. O que impede a gente de avançar é não ter ponto fixo onde vender, as feiras são muito fracas. Falta divulgação, falta instrutor para melhorar nosso trabalho” (GFO 7)

“A maior dificuldade que a gente tem aqui é fazer o nosso trabalho, mas, às vezes, falta o dinheiro pra gente comprar o material. E quando a gente faz uma forcinha, cada uma consegue um pouco de material. Ai, a gente faz o produto. Mas aí falta espaço pra gente vender porque a gente vai pra uma feira dessa como a gente foi, pra Fiart, e não vende nada” (GFO 3)

Pegando trechos de alguns dos grupos focais, percebe-se que, dentre as dificuldades relatadas, algumas residem na falta de local próprio e adequado para as reuniões dos grupos, ou seja, há demandas de local para sediar várias das associações:

“Grande dificuldade ainda é nosso espaço físico. A gente passou no centro social uns 18 anos, aí, como eu trabalhei na escola, falei com a diretora para a gente ter um espaço. A gente ficou numa sala e agora estamos aqui nessa garagem que é muito bom, ventilado.... Aí, a prefeitura quer um lugar para alugar e depois não tem como pagar, e, aí, a gente também não tem. Então, como fica? Enquanto der a gente vai ficar aqui.” (GFO 7)

“A gente teve dificuldade em pagar o aluguel do espaço que a gente usava porque não tinha verba, não estavam boas as vendas. Aí, tinha esse espaço aqui, só as paredes, mas a gente não poderia fechar isso aqui de jeito nenhum. Isso aqui é um paraíso” (GFO 3)

“Falta uma sede e apesar do que já temos, ainda precisamos de mais qualificação. Mas, bom seria uma sede própria, com ponto de comercialização viável” (GFO 1)

Existem, também, relatos de problemas com os locais designados para as feiras. As mulheres relatam que dados locais não são adequados para as vendas. Reclamam que falta de consulta, por parte dos entes públicos, para entender quais as reais necessidades das associações:

“Os locais disponibilizados para as feiras são muito ruins. A associação precisa de fomento, de apoio e falta gestão pública para segurar na mão do artesão. A secretaria faz projeto para o artesanato, mas não ouve a artesã. De que adianta?” (GFO 6)

O rendimento mensal é mínimo. Porém, a vontade de continuar segue presente, mesmo diante do reconhecimento de que o trabalho não é valorizado e que vendem por valor muito baixo. Também percebem que há dificuldade em qualificar os produtos e se inserir em mercado competitivo, como fica evidente nos trechos a seguir:

“Nosso grupo é muito fragilizado e precisamos de fixação de preço, qualidade dos produtos para as novatas, criação de embalagem. A qualidade do produto é muito baixa” (GFO 1).

“A gente com uma mercadoria linda faz o esforço, mas não tem quem compre, não tem muito valor por parte do povo” (GFO 3).

“A gente enfrenta dificuldades de condições financeiras. É difícil para se manter e manter o grupo. A gente sente muito com a compra do artesanato que vem de outros estados; o produzido aqui no RN não é valorizado. A matéria-prima é cara” (GFO 6)

“Se tivesse parcerias pra melhorar nossa qualificação e escoar a mercadoria, seria ótimo. A gente não vende muita mercadoria porque fica difícil a gente concorrer com Caruaru e Fortaleza. Se está tendo comercialização, a gente produz” (GFO8)

Com bastante esforço, relatam que conseguem, por vezes, fazer pequenas compras e melhorias nas instalações sem qualquer acesso ao mercado financeiro:

“Já tentamos fazer empréstimo. Uma vez eu fiz, rendeu muito. Mas, depois, quando a gente tenta fazer outra vez, encontra dificuldade. O banco tem dinheiro e não quer compartilhar com a gente porque a gente não pode oferecer uma garantia que vai ser tudo pago, aí, a gente continua sem dinheiro. Mas, continuamos aqui.” (GFO 11)

Quando há, eventualmente, melhoram as vendas, parte do apurado fica na associação, seja para as citadas melhorias, seja para compra de materiais, alimentação e comemorações, como dia das mães, festa de Natal, aniversário da associação. Os desafios enfrentados não se limitam à sobrevivência em meio à competição do mercado, que exige constante adequação. O que se percebe é que, mediante as dificuldades, as mulheres mobilizam-se, buscam soluções, assumem posturas proativas, fortalecem a luta coletiva e, assim, criam uma epistemologia particular de sustentabilidade. As dificuldades listadas são semelhantes em todas as associações e aparecem em intensidade superior às conquistas. As conquistas têm caráter muito mais pessoal ao passo que, os desafios, assumem dimensão coletiva. As associações nitidamente possuem utilidade social, com viés substantivo, e, assim, os poucos resultados financeiros obtidos pouca

influência exercem na sustentabilidade. Sustenta os empreendimentos, sim, o idealismo, o prazer e felicidade do trabalho coletivo, a reciprocidade, o sentimento comunitário.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interessa, aqui, reconhecer que os empreendimentos econômicos solidários pesquisados têm elevada importância comunitária, sociopolítica, socioeducacional, e, mesmo econômica, desde que observada por uma ótima substantiva de economia – pela reciprocidade e pela domesticidade, para pontuar duas possibilidades trazidas por Polanyi (2000). O artesanato pode ser considerado como uma “voz”, como liberdade criativa, utilizado pelas informantes desta pesquisa como espaços de participação coletiva para reafirmarem-se como integrantes ativas da economia solidária. Nesse sentido, Dantas *et al.* (2009) explicam que, em regiões que apresentam baixo desenvolvimento econômico e social, são maiores as possibilidades de encontrar grupos produtivos que se valem de vocações locais – como o artesanato – para a geração de sustento e melhoria das condições de vida. A questão a ser feita é: que significado é atribuído à “melhoria das condições de vida”?

A utilidade social aqui aparece por meio de um conjunto de ressignificações, tanto em relação ao trabalho, de autonomia, de qualidade de vida e de espaços produtivos. Importância de se ver o artesanato como desconstrução da lógica de que trabalho bem-sucedido é apenas o trabalho remunerado. A viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos aqui contemplados é restrita e duvidosa. Todavia, as associações pesquisadas institucionalizam um outro agir econômico, baseado numa função local, comunitária, na promoção de qualidade de vida que ultrapassa, ou, subestima, o propósito de geração de renda. A questão central é: estão as associações deste estudo interessadas na geração de renda? Pelas narrativas aqui expostas, a resposta é não, a renda não é a única justificativa do encontro, apesar de possuir breve relevância. É pouco provável que grupos de trabalho, com 6 a 7 horas de atividades por semana – quando não existem impossibilidades de ir até ao grupo por conta das atividades domésticas ou necessidade de cuidado familiar – possam promover mudanças qualificadas na renda das artesãs. As associações estudadas são grupos populares, localizadas em bairros empobrecidos e marginais de uma capital, estruturadas de modo simples para manter relações de reciprocidade no atendimento a necessidade humanas de atenção, afeto, busca de direitos e valorização da vida de mulheres que exercem, prioritariamente, a função de donas-de-casa.

No caso estudado, a economia solidária aparece oferecendo ocupação para pessoas que estão à margem do circuito formal de economia. A renda obtida da produção de artesanato é frágil. Trata-se de um plano de “reprodução simples” das condições de vida, talvez, na direção da “reprodução ampliada”. Todavia, no presente, existem motivos para resistir, mesmo com renda limitada e incerta, uma vez que as atividades desempenhadas impactam as próprias

condições de vida das pessoas. (FRANÇA FILHO, 2007), atribuindo-lhes sentido e prazer de viver.

A concepção de Bourdieu (1980, p.67) de capital social, reforça a importância das relações de sociabilidade para as associadas e para os grupos como agregações de recursos potenciais, os quais são diretamente relacionados com a consolidação de uma rede durável com relações de conhecimento. As relações estabelecidas entre as associadas não advêm unicamente do simples compartilhamento de relações objetivas ou de espaços socioeconômicos, mas, ancoram-se em trocas simbólicas que permitem a perpetuação do reconhecimento e das relações de proximidade, são estas redes sociais que oferecem às associadas o sentimento de identidade e pertencimento, seja com o artesanato, seja com a economia solidária.

As categorias analisadas estão fortemente correlacionadas e atribuem elevada utilidade social aos empreendimentos em contraposição ao valor econômico-financeiro. Desse modo, torna-se necessária a construção de processos avaliativos, especialmente para determinados empreendimentos da economia solidária, que permitam o entendimento de dimensões subjetivas, intuitivas e informais. Tal natureza de avaliação é pouco valorizada, mas, há de considerar que formatos padronizados não conseguem dar conta da amplitude de motivos e expectativas e das vastas possibilidades que podem assumir os empreendimentos econômicos solidários.

Este estudo permitiu expor um panorama acerca de fragilidades que permeiam o segmento de artesanato gerido por mulheres em Natal/RN, assim como, conquistas por elas reconhecidas. Constatou-se que, apesar da limitação no retorno financeiro, os grupos se mantêm fortes e ativos e, o que explica a perpetuação, são relações sociais, satisfação de necessidades e geração e compartilhamento de aprendizagens. Percebe-se, nas práticas estudadas, a relativização da dimensão monetária, evidenciando que tais grupos – apesar da necessidade implícita de geração de renda – resistem pela utilidade social, preservando qualidades de base, como a solidariedade, o trabalho comunitário, a cooperação e a gestão democrática e transparente.

Diante de tais constatações, considera-se que os pressupostos levantados foram atendidos, pois os empreendimentos de artesanato, de fato, assumem a condição de promotores de bem-estar, vinculando trabalho e arte, e, nessa condição, a dimensão econômica aparece subordinada às demais dimensões. Além deste, foi possível compreender que os mecanismos de avaliação de desempenho centrados no viés economicista, monetário e de mercado, não são adequados para avaliar empreendimentos econômicos solidários. Considera-se também o

cumprimento dos objetivos propostos de revelar à luz do construto da utilidade social, dimensões de trabalho e da produção na Economia Solidária com base nas vivências das mulheres do segmento do Artesanato; A caracterização das dimensões de utilidade social nas práticas de trabalho e produção em empreendimentos econômicos solidários artesanais de Natal; A identificação das categorias que mais fortemente explicam a viabilidade dos empreendimentos estudados (sociabilidade e conhecimento), para por fim, ser possível evidenciar algumas das contribuições dos empreendimentos estudados para a vida pessoal das associadas e comunitária.

O construto utilidade social aqui abordado, todavia, carece de aprofundamento em termos de pesquisas no domínio da economia solidária, mesmo no ramo do artesanato, considerando que, conforme foi aqui exposto, perfis sociodemográficos e socioeconômicos exercem influência na valorização da utilidade social em contraposição à utilidade econômico-financeira. Durante as pesquisas de revisão sistemática e pesquisas complementares para composição deste trabalho, não foi encontrado qualquer texto questionando a avaliação de desempenho de empreendimentos econômicos solidários sob uma perspectiva não utilitarista, não-moneterizada. É de grande importância atentar para as limitações de políticas públicas para o artesanato, o cenário público atual é de total inconsistência e de mobilidade dos atores públicos atuantes, o que prejudica a criação de laços de confiança e comprometimento com o segmento.

A utilidade social abordada nesta dissertação atenta para a necessidade de se estudar a economia solidária por diferentes perspectivas, por essa razão, estabelece-se o compromisso de estudos futuros trabalhando o emprego das categorias reveladas nesta dissertação para se compreender processos de avaliação de desempenho, ou, de análise de viabilidade de empreendimentos econômicos solidários, em outros segmentos da economia solidária à luz do debate em torno de utilidade social e utilidade técnica, econômica, financeira. Além destes, adota-se a possibilidade de explorar os dados por meio da análise sob o construto do Desenvolvimento à Escala Humana (DEH) (Max-Neef, 2012) e uma análise das percepções das mulheres em relação ao que é vivido dentro e fora dos grupos.

REFERÊNCIAS

- ANGELI, M. N. B. **Museus por teimosia: uma análise da utilidade social dos museus de Campinas**. Dissertação de Mestrado. Campinas: FE-Unicamp, 1993. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000069863>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- ANGELINI, R.; BERNARDI, C. M. **Mulheres na economia popular e solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero**. Revista Espaço Acadêmico. Maringá, n. 70, mensal, 2007.
- ARAÚJO, L. Knowing and learning as networking. Management Learning, v.29, n.3, p.317-336, 1998.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARBOUR, R. **Grupos Focais**. São Paulo: Artmed, 2009.
- BENINI, E. A.; BENINI, E. G. **As Contradições do Processo de Autogestão no Capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária**. Revista O&S - Salvador, v.17, n.55, p. 605-619, Out/Dez, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v17n55/02.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2017.
- BONELLI, M. da G. **Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções**. Cad. Pagu, Campinas, n. 22, p. 357-372, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mai. 2018.
- BOURDIEU, P., 1998. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes.
- CABRAL, E. H. de S. **Gestão social no terceiro sector: avaliação de processos e missão institucional**, 2003. Oficina do CES n.º 190, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7703844-Gestao-social-no-terceiro-setor-avaliacao-de-processos-e-missao-institucional.html>>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, pp. 513-518, 2013.
- CAMPOMAR, M. C. **Do uso de estudo de caso em pesquisas para dissertações e teses em administração**, Revista de Administração, São Paulo, v. 26, n. 3, jul. /set. 1991.
- CARVALHO, D. S. de. **Atividade artesanal e o processo de significação do trabalho**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2016. 125 f. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21625/1/DanielSantosDeCarvalho_DISSERT.pdf> Acesso em: 12 out. 2017.
- DANTAS, L. C.; GUIMARÃES, L. E. C.; ALMEIDA, J. D. Produção artesanal, design participativo e economia solidária: a experiência do grupo mulheres da terra, Pilões-PB. In: XXIX ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Salvador, 2009. **Anais...** Salvador: ENEGEP, 2009.

DEJOURS, Cristophe. **Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política: A Psicodinâmica do trabalho.** In: LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte Idal (orgs.) “Cristophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho”. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.

FARIA, N; MORENO, R. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.** São Paulo: SOF, 2012.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** São Paulo: Artmed, 2009.

FORTES, P. A. de C. **Reflexão bioética sobre a priorização e o racionamento de cuidados de saúde: entre a utilidade social e a equidade.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 696-701, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2017.

FRANCH MENEU, J. **Las entidades y fundaciones sin ánimo de lucro como factor de progreso económico: una tercera vía entre economía de mercado y sector público,** 1990. *Revista de Derecho Financiero y Hacienda Pública*, n. ° 208, pp. 905-915. Disponível em: http://biblioteca.fundaciononce.es/sites/default/files/publicaciones/documentos/estudio_y_analisis_de_los_aspectos_economicos_financieros.pdf> Acesso em 25 nov. 2017.

FRANÇA FILHO, G.C. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, v.7, n.1, jan.-jun. 2007.

_____. **A problemática da economia solidária: um novo conceito de gestão pública?** Cadernos EBAPE.BR, vol. 11. núm. 3, setembro-novembro, 2013, pp. 443-461. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323228458008>>. Acesso em: 24 out. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C; DZIMIRA, S. Economia Solidária e dádiva. O&S. v.6. n. 14. Jan-abr, 1999.

GADREY, J. **L’ utilité sociale des organisations de l’économie sociale et solidaire,** Université de Lille 1, Rapport de synthèse pour la DIES et la MIRE, 2004. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/rapport_utilisociale_gadrey_0204.pdf> Acesso em: 21 nov. 2017.

GADREY, J. **Utilité sociale.** In: CATTANI, Antonio; LAVILLE, Jean-Louis (org.). Dictionaire de l’autre économie. 1.ed., Paris: Desclée de Brouwer, 2005. p. 517-524.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais.** São Leopoldo: Oikos, 2014.

GARCIA, R. M. Os requisitos de um programa de treinamento de cooperativas. **Rev. adm. empres.,** São Paulo, v. 21, n. 1, p. 39-45, mar. 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOSSET, J. **Les critères d’appréciation de l’utilité sociale: une expérimentation sur le territoire du Hainaut-Cambrésis,** Rapport final, Réseua 21, Université de Valenciennes, 2002. Disponível em: <<http://www.sfe-asso.fr/sites/default/files/document/file/sfe-cahier-10-utilite-sociale.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2017.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUIMARÃES, A. de M. **Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Contribuições para um Desenho Avaliativo do Caso Matarandiba – Um Relato de Experiência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, BA, 108 f., 2012. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/aline_meira.pdf>. Acesso em 25 nov. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>> Acesso em: 31 out. 2017.

KUYVEN, P. S. **Efeitos da Economia Solidária sobre a Geração de Renda e a Redução da Pobreza: um estudo de dados nacionais**. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 249 f., 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5374/Patricia%20Sorgatto%20Kuyven_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LAVAL C. Les deux crises de l'éducation. In: **Revue du Mauss semestrielle** n° 28, pp 96-115. 2006.

LAVILLE, J. L. **Trabalho e socioeconomia**, In. Cattani (Org.). Trabalho: horizonte 2021, Porto Alegre: Escritos Editora, 2014.

LIBERATI, A. *et al.* **The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions: explanation and elaboration**. Research Methods & Reporting, BMJ 2009;339: b2700. Disponível em: <<http://www.bmj.com/content/bmj/339/bmj.b2700.full.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2017.

LIMA, J.C; ARAÚJO, A.M.C; RODRIGUES, C.C.P. **Empreendimentos urbanos de Economia Solidária: Alternativa de emprego ou política de inserção social?** Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 119-146, Nov. 2011.

LOPES, L. M. S.; RIGO, A. S.; SANTOS, J. B.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Utilidade Social na percepção dos usuários das Organizações da Sociedade Civil: primeiras análises a partir de uma rede de economia solidária na Bahia**. São Paulo, 2017. ISSN 2177-2576. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=89&cod_edicao_subsecao=1453&cod_edicao_trabalho=23096> Acesso em: 20 nov. 2017.

MACHADO, N. M. C. **Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o Conceito de (dis) embeddedness**. Revista Crítica de Ciências Sociais [On-line]. Coimbra, v.37, n.90, p. 71-94, set. /2010. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1771>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO, O. F. de. Utilidade social da norma, uma questão de política jurídica. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 9-16, jan. 1984. ISSN 2177-7055. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16728>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra, MORRONE, Carla Faria. **Vivências de prazer – sofrimento e saúde psíquica no trabalho: trajetória conceitual e empírica**. In: FERREIRA, Mario César Ferreira, MENDES, Ana Magnólia, OLIVEIRA BORGES, Livia de (org.) “Trabalho em transição, saúde em risco”. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NITSCHKE, L. B; KOZEL, S. **Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística**. Revista Eletrônica Geografar, Curitiba, v.1, n. 1, p. 52 - 61, jul. - dez. 2006.

OLIVEIRA, D.C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.**, v. 16, n. 4, pp. 569-576, UERJ, Rio de Janeiro, out/dez 2008.

OLIVEIRA, J. P. de. **Mulheres na Economia Solidária: Possibilidade de Reconhecimento e Emancipação Social**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2005. p. 325 a 332.

PITACAS, J. A. P. **Utilidade Social e Eficiência no Mutualismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1580/1/JAP_TeseMestrado.pdf>. Acesso em 18 set. 2017.

PITROU, A. Les solidarités familiales. Vivre san famille? Toulouse, Privat, 1992.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRONINC. Avaliação do Proninc. Avaliação participativa, qualitativa e quantitativa de ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Relatório Final, 2017.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RONCONI, L. F. de A. **Gestão Social e Economia Solidária: desafios para o Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SANTANA, C. A. de. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o apoio à Promoção do Desenvolvimento Local: O Caso do Banco Ilhamar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, BA, 144 f., 2011. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/clarissa_almeida.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

SANTOS, J. C. G. **A Fiscalidade do Mutualismo Português**, 1998. in: C. P. Barros e J. C. G. Santos, *O Mutualismo Português: Solidariedade e Progresso Social*, Lisboa: Vulgata. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/indices/014271.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R. M. **Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão**. In: Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de

mudanças na opinião pública / Gustavo Venturi e Tatau Godinho (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições Sesc SP, 2013.

SCHOMMER, P. C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade (Tese de doutorado). FGV/EAESP, São Paulo, 2005. 341 p.

_____; SOUZA-SILVA, J. C. A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras. O&S, v.15, n.44. jan-mar, 2008.

SENAES. **Atlas digital da Economia Solidária: dados do segundo mapeamento nacional dos empreendimentos econômicos solidários**. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013. Disponível em: < <http://sies.ecosol.org.br/atlas> > Acesso em: 31 out. 2017.

SENNETT, R. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 364 p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e elaboração de Dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, F. R. da. **O hospital da Lapa (1904 - 2004) ou A utilidade social das irmandades**. O tripeiro, 7.^a série, ano 23, n. ° 12, dezembro 2004, p. 360-363. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56903/2/ribeirodasilvahospital000140206.pdf> >. Acesso em: 16 set. 2017.

SILVA, R. M. A. da. A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política. **IHUON-LINE** Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 229, ano VII, p.13-18, 30 jul. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu>

SILVA JR, J. T. **Gestão Social das Finanças Solidárias: A utilidade social na centralidade da avaliação dos Bancos Comunitários Brasileiros**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23557/1/Jeov%C3%A1%20Torres%20Silva%20J%C3%BAnior.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017.

SILVA JR, J. T.; RIGO, A. S.; PASSOS, O. A. V. D. Gestão Social nas Finanças Solidárias: Reflexões sobre a Necessidade da Avaliação da Utilidade Social dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. **NAU Social**, v. 6, n. 10, 2015.

SPECHT, A. A. **Economia Feminista**. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária. Brasília, 2009.

VENTURI, G.; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VIVERET, Patrick. **Reconsidérer la richesse**. Paris: Éditions de L'aube, 2004. 238 p. Disponível em: <https://developpementdurable.revues.org/1300>. Acesso em 20 nov. 2017.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. 1 Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, UK: Cambridge University, 1998.

WENGER, E. Communities of practice and social learning systems: the career of a concept. In **Social learning systems and communities of practice**. BLACKMORE, C. (Ed.), London, UK: Springer, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE 01 - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

*Projeto Gestão Social, Tecnologias Sociais e Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Econômicos
Solidários no Município de Natal (2016/2017)*

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

Identificação

1. Empreendimento:
2. Endereço:
3. Número de sócios do EES:
4. Número de participantes do grupo focal:
5. Tempo de existência do empreendimento:

Perfil e trajetória das beneficiárias

- Fale um pouco de quem você é, de onde veio, da sua história de vida.
- O que te trouxe para este grupo?
- Quanto tempo participa do grupo?
- O que te motivou a escolher o artesanato?
- Conte um pouco da experiência no grupo em termos de conquistas e ganhos.
- Qual a principal mudança que este grupo trouxe para sua vida?
- O que o grupo te proporciona como mulher?
- Qual sua maior satisfação em estar nesse grupo?

Utilidade Social, renda do empreendimento, conquistas e entraves

- O que motivou a criação deste grupo?
- Como o grupo funciona? Como vocês se organizam pra tomar decisões?
- Vamos esclarecer alguns aspectos a respeito dos motivos que trazem vocês para cá, existe alguma necessidade que vocês preenchem aqui? Não preencheriam se estivessem fora do grupo?
- Conte um pouco da experiência no grupo em termos de conquistas e ganhos.
- Conte um pouco da experiência do grupo em termos de dificuldades enfrentadas.
- Que renda você tem dessa atividade e em que ela contribui para renda familiar?
- Se a atividade traz pouco retorno, como vocês explicam a continuidade do grupo?
- O que faz vocês permanecerem na Associação?
- Em algum momento houve ou ainda há busca por emprego formal?
- Você deixaria esse trabalho por outro assalariado?

APÊNDICE 02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Prezado (a) participante,

Sou pós-graduanda do programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e estou realizando pesquisa científica, em conformidade com a Resolução nº 510:2016 do CNS, sob supervisão do professor Washington José de Souza, cujo objetivo consiste em avaliar a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários da produção de artesanato de Natal integrantes do projeto *Pesquisa-Ação em Administração, Mercado e Relações de Gênero na Economia Solidária: aplicação, avaliação e aperfeiçoamento de metodologia de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (Natal, 2016/2017)*, à luz da utilidade social.

Sua participação corresponde a participação em entrevista, que será gravada, se assim você permitir, prevista para durar aproximadamente 30 minutos.

A participação nessa pesquisa é voluntária e se decidir não participar ou desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será preservada ficando mantida em rigoroso sigilo, além de serem omitidas todas as informações que possam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de novo conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos relativos à pesquisa podem ser fornecidas pelo pesquisador por meio do telefone.

Atenciosamente,

Teresa Júlia de Araújo Melo
Pesquisadora

Local e data

Washington José de Souza
Professor supervisor

Consinto assim participar desta pesquisa e declaro ter recebido cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data